

# Relatório de Oficinas Participativas



**fórum** **360**

TODOS PODEM  
EMPREENDER

Brasília, maio de 2023



# Sumário

Introdução .....	3
Oficina 1: Soluções de Microcrédito Revitalização: de Parceria para Crédito de Repasse .....	14
Oficina 2: Programa “Aprender e Empreender”: Caminhos para o empreendedorismo na Assistência Social .....	25
Oficina 3: Diálogos sobre microempreendedorismo justo e sustentável na moda e artesanato .....	40
Oficina 4: Diretrizes sobre o Empreendedorismo Feminino para apoio em Estratégia Nacional .....	54
Oficina 5: Estratégias para o Plano de Inclusão Produtiva para a Juventude – Pilar Empreendedorismo .....	71
Considerações Finais .....	81



# Introdução

## **Se o problema é complexo e diverso a resposta deve ser sistêmica e colaborativa**

O 5º Fórum Brasileiro de Microempreendedorismo de 2023, realizado nos dias 17 e 18 de maio, em Brasília, reuniu líderes de institutos, fundações, empresas e organizações sociais, autoridades do Governo Federal e gestores de Governos Estaduais e Municipais, e micro e pequenos empreendedores, que discutiram como alavancar o empreendedorismo de base, com especial atenção aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O evento é uma iniciativa do Programa Empreender 360 da Aliança Empreendedora, com o apoio do Bank of America, Meta, Instituto Assaí, Fundação Arymax, e Sebrae, e teve como anfitriã, a Caixa Econômica Federal. Foram dois dias intensos, recheados de muito conteúdo de qualidade, vozes potentes, trocas e aprendizados. Com mais de 300 pessoas envolvidas, e 7 eventos estratégicos foi possível deixar uma marca muito importante na capital federal: “Nada sobre nós, sem nós”, foi uma das falas da empreendedora Fernanda Ribeiro em um dos encontros da programação, fazendo alusão ao poeta Emicida, algo que resume muito bem a razão de existir do Fórum Brasileiro de Microempreendedorismo.

Nesta quinta edição, o Fórum desembarcou em Brasília: local onde grande parte das políticas públicas são pensadas, desenhadas e regulamentadas. Muitas vezes é na capital federal, distante da realidade dos diferentes Brasis, que se tomam decisões que afetam todos nós, ou até mesmo onde não se notam os problemas de alguns de nós. Neste contexto, foi possível trazer à tona a realidade e a potência de um público historicamente invisibilizado, o microempreendedor e a microempreendedora de base comunitária, de favela, do interior, informal.

E quando falamos de invisibilidade não nos referimos só à falta de identificação adequada, e conseqüentemente a falta de políticas públicas condizentes com a realidade deste público, mas nos referimos também à falta de visão que se tem sobre o macro impacto que estes pequenos gigantes têm na economia do país, na geração de emprego e renda.



No último estudo realizado pelo Programa Empreender 360, baseado na PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, foi possível constatar que existem aproximadamente 25 milhões de microempreendedores na condição de informalidade ou fragilidade no Brasil, o que representa mais de ¼ da população que trabalha. Na sua grande maioria, esse perfil vive com uma renda mensal abaixo de um salário-mínimo. Porém, quando somados, este grupo aparentemente invisível, representa quase 25% do PIB brasileiro.

Estes dados mostram o tamanho da oportunidade e também o tamanho do impacto que é possível causar se as políticas públicas de empreendedorismo e inclusão produtiva fossem ajustadas para acolher, capacitar e orientar esses microempreendedores em uma jornada de autoconhecimento, desenvolvimento de habilidades técnicas e de gestão, formalização e acesso a crédito. Mas para que isso aconteça é necessário um trabalho conjunto, diverso e em rede, com olhares que trazem colaboração e conhecimento de ponta a ponta dentro desse ecossistema.

No primeiro dia do evento ficou evidente a diversidade do ecossistema de apoio ao empreendedor de base e a importância de pensar soluções em rede. O Fórum conseguiu agrupar as perspectivas do Governo, da sociedade civil organizada, dos órgãos de pesquisa, da Academia, do setor privado e das próprias empreendedoras e empreendedores. O Sebrae, na fala do seu Presidente, Décio Lima, trouxe um senso de urgência muito importante para esta pauta: "São mais de 90 milhões de pessoas no Cadastro Único, consideradas na linha da pobreza. Nós somos a expectativa de 60% da população brasileira que quer um espaço de cidadania e dignidade. 60% do povo brasileiro hoje não procura emprego, procura uma forma de se virar e obter uma pequena renda para poder ter o mínimo de cidadania".

O Secretário Nacional de Inclusão Socioeconômica do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social Família e Combate à Fome, Luiz Carlos Everton, alertou para a importância de ampliar o acesso a crédito para os micro negócios, especialmente os liderados por uma parcela de microempreendedores com potencial escondidos no Cadastro Único.

Com composição de quatro painéis temáticos, em uma manhã, foi possível mergulhar em diferentes realidades dos empreendedores brasileiros e trocar sobre experiências de apoio que são oferecidas a estes micro negócios, desde a assistência social até a capacitação, orientação e acesso a crédito.

Em todos os painéis foi interessante navegar mais uma vez pelas perspectivas dos Governos, dos grandes bancos, mas também das organizações de base, dos fundos solidários e dos próprios empreendedores. Sem falar na oportunidade única de pautar a importância da construção de políticas públicas que olhem



para as especificidades dos diferentes públicos de microempreendedores, e que entendam que as abordagens são diferentes para homens, mulheres, jovens, empreendedores negros, mães, iniciantes, atuantes, urbanos e rurais.

Ao longo do segundo dia de evento, a Delegação do Fórum 360, formada por mais de 70 pessoas de organizações de base, empresas e empreendedores de todos os cantos do país, participou de uma série de Encontros Estratégicos influenciando diretamente em programas e estratégias de Inclusão Produtiva em órgãos como, CAIXA, Banco Central (BACEN), Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica, Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa, Secretaria Nacional da Juventude e CONJUVE, bem como teve a oportunidade de dialogar com a Frente Parlamentar Mista pela Mulher Empreendedora em uma sessão especial na Câmara dos Deputados. E é exatamente sobre esses encontros que vamos trazer os detalhes nesse material.

Ao final destes intensos dois dias ficou muito claro que, quanto mais o Estado desenvolver a capacidade de dialogar localmente, e de ouvir as diferentes vozes do ecossistema, mais apto se tornará a desenvolver programas e projetos efetivos e com impacto duradouro. A caminhada é próspera, se seguirmos juntos, de forma colaborativa.



## Fórum E360 em números:

### AÇÕES DE COMUNICAÇÃO





## Landing page / site

Página elaborada com informações sobre inscrição, programação, fotos do evento, entre outras.



**4143**

**pessoas visitaram  
a página**

**385**

**pessoas se  
inscreveram no  
evento pela página**

**9%**

**taxa de conversão  
de visitas para  
inscritos**







## Impulscionamento nas redes sociais

A seguir, dados e prints do desempenho dos impulsmentos feitos para o Fórum:

**+725 mil** pessoas alcançadas

**1,7 milhão** de impressões

**6,5 mil** cliques

**17 mil** engajamentos



723.583 impressões  
1.695.781 pessoas alcançadas  
6.012 cliques  
CPC médio: R\$ 0,56  
CPM médio: R\$ 3,04  
Custo: R\$ 4.998,91



25.332 impressões  
16.342 pessoas alcançadas  
463 cliques  
CPC médio: R\$ 2,16  
Custo: R\$ 1.000,00







## Assessoria de Imprensa

**44** inserções na imprensa

**R\$ 346.451,02** valoração

**2.407.963** de público potencial





## O EVENTO

**220** participantes

**14** autoridades

**12** gestores públicos

**72** membros na Delegação

**21** painelistas



# Sessão de Abertura



## Painel 1 - Realidade do microempreendedor de favela e comunidades no Brasil





## **Painel 2 - Inovação na Assistência Social para Inclusão Produtiva**



## **Painel 3 - A importância do Microcrédito na jornada do microempreendedor**





# Relatoria das oficinas



---





## Oficina 1: Soluções de Microcrédito Revitalização: de Parceria para Crédito de Repasse

Data: 17.05.2023 - Horário: 15h - 17h

Local: Auditório Bem-te-vi / Caixa econômica Federal

Relatoria: Elaine Favero

### 1. Abertura

O evento foi iniciado com boas-vindas dadas pela **Anna**, que é colaboradora da Caixa. Explicou que nesta oportunidade iria atuar como facilitadora, e não se colocar na conversa como “Caixa”, adotando uma postura mais neutra.

Partindo do contexto do encontro, abriu sua fala apresentando os participantes do evento: bancos, governo, oscips e empreendedores. No que diz respeito ao objetivo do encontro, para criar possíveis soluções para a integração de tais entes era necessário estabelecer um diálogo transparente sobre as necessidades, facilidades e limites de cada um.

Antes de dar início ao evento, **Anna** solicitou que os participantes se apresentassem sucintamente, dizendo “nome, de onde são e uma palavra que resume os aprendizados da manhã”.

Michele	Caixa (estratégia de clientes de renda básica)	Pontes
Bárbara Schmidt	Presidente da Rede Vencer Juntos	Parcerias
Fábio Lesbaupin	Estímulo 2020	Empreendedorismo
Francisneide Melo	Associação de mulheres empreendedoras do município (AMEC)	Aprendizado
Edson Leite	Gastronomia Periférica	Microcrédito
Luane Miziara	Instituto Assaí	Autoestima
Stelio Lira	INEC	Integração
Georgia Schmidt	Banco da Família	Conexão
Pablo Mastos	Banco do Povo	Acesso
Miriam	Diretora executiva da Acreditar	Políticas Públicas



Geovana	CEO Nação Ativa	Surpresa
Rafael	Caixa (gestor de micro e pequena empresa)	Superação
Lú	Caixa (pj de micro e pequena empresa)	Parceria
Máya	Caixa (pj de micro e pequena empresa)	Possibilidades
Raquel	Lab de organização financeira	Dignidade
Edson Bernardo	Caixa (micro e pequena empresa)	Curiosidade
Yony Sarzuri	Rede Somos	Empreender
Rita Santos	Coordenadora nacional das baianas do acarajé	Resistência
Sérgio Miletto	Presidente da ALAMPYME	Compra Pública
Carlos	Grupo Prospera	Sinergia
Letícia Veiga	Grupo Prospera	Aprendizado
Alexandre	Banco Santander	Inclusão
Aira Nascimento	As Josefinas	Equidade
Jainan	Instituto C&A	Disponibilidade
Rosa Coutinho Perdigão	Rede Brasil Afro	Diversidade
Rafael	Sicredi	Parceria
Felipe	Sicredi - gerente da área de negócios	Apoiar
Ana Cristina	Sicredi - coordenadora de sustentabilidade	Conexões
André Assis	Sicredi	Desenvolvimento
Célia Kano	Rede mulher empreendedora	Mulher
Fernanda Ribeiro	Afro business/ Conta Black	Ação
Tiago Marqueto	Gerente Nacional da estratégia de micro e pequena empresa da Caixa	Propósito
Mayra	Caixa	Auxílio
Alexandra	Aliança Empreendedora	Conexão
Marina	Aliança Empreendedora	Conexão





## 2. Apresentação da Metodologia

Realizada a apresentação, a **Anna** trouxe uma fala sobre as palavras ditas pelos participantes e a importância da conexão para que se estabelecesse uma conversa muito honesta. Apenas assim haveria espaço para exploração das possibilidades que existem em conjunto: o que cada um dos participantes precisa e o que têm a oferecer?

A metodologia escolhida para tal conversa foi a do aquário, desenvolvida para gerar conversas e debates produtivos.

## 3. Aquário

**Anna** explicou então a metodologia: no aquário os participantes se sentam em roda, e no centro do círculo ficam 4 cadeiras: 3 ocupadas e uma vazia. Apenas os participantes do centro do círculo falam, enquanto os demais, na roda, escutam. Quando alguém da roda quiser participar da conversa, deve ocupar a cadeira vazia - enquanto uma das 3 pessoas que estavam na roda se retira para deixar uma cadeira vazia. A ideia é que a conversa corra livremente, pautada dentro dos limites do assunto trazido.



Figura 1. Explicação do Aquário



O aquário iniciou com uma provocação da **Michele** (Caixa), que questionou aos demais sobre como as pessoas na sala poderiam ajudar e orientar para que mais pessoas tenham crédito, de forma sustentável.

O primeiro a falar foi o **Sérgio** (ALAMPYME). Ele trabalha com a abertura de contas de microempreendedores, e encontra muitas dificuldades no processo. Diz que muitas vezes são oferecidas vendas casadas aos microempreendedores, mesmo que isso seja crime. Que escutam muitas coisas bonitas sobre microempreendedorismo, mas quando chegam na boca do Caixa a realidade é outra, e que o mesmo já ocorreu com ele no Pronampe.

Para responder, **Michele** (Caixa) disse que está ciente das dificuldades, e que estão trabalhando nesse momento justamente para mapear essas dores. Disse que por mais que trabalhem ativamente para cuidar dessas situações, algo sempre acaba acontecendo. Em relação ao Pronampe, afirmou que houve uma restrição muito grande de funding, mas que estão à disposição para ajudar do que for necessário.

Na sequência, **Lilian**, da Acreditar, disse que grande parte das pessoas que ela atende são mulheres e que, para conseguirem fazer algo, montam teias de lideranças. Muitas vezes elas nem acreditam que haveria algum crédito disponível para elas, pois sempre escutam da sociedade que mulher não pode empreender. A taxa do microcrédito é alta ainda, R\$ 189,00.

Ao ouvir essa colocação, **Michele** pergunta como poderiam juntos, achar soluções, para que esse crédito possa chegar para quem precisa, ribeirinhos, estudantes, empreendedores.

Para **Lilian** (Acreditar), seria muito legal se houvesse programas que enxergassem que o microcrédito precisa vir com um capital giro, para que as operações possam ser economicamente viáveis /sustentáveis.

O **Fábio** da Estímulo 2020 começou uma fala dizendo que atua no mercado de microcrédito há alguns anos. Que a Caixa é um banco muito importante, que tem muitos funcionários e infelizmente o conceito de todos não é alinhado. Embora seja o banco do povo, a Caixa não entende a linguagem do povo. Que seria fundamental um alinhamento dos colaboradores da Caixa para que pudessem, de fato, contribuir.

**Anna**, facilitadora, se coloca como colaboradora da Caixa em resposta ao comentário do Fábio: diz sentir a mesma dor que ele, que a Caixa é um banco diferente dos outros bancos já que são muito influenciados também pelo que acontece no governo. Que as coisas mudam muito, os chefes mudam muito



também. Que hoje os olhares norteadores da Caixa são dois: produto e venda não podem deixar de ser sociais; e dar apoio não é só dar benefício.

Em comentário, **Fábio** (Caixa) diz que hoje a maior parte das famílias é sustentada por mulheres. Que em seu trabalho escutam todos seus anseios, fazemos um trabalho para cuidar disso. Aí muda a perspectiva do governo, muda tudo.

**Lilian** (Acreditar) seguiu na mesma linha, contando que já houve várias iniciativas do governo federal que acabaram quebrando as pessoas. Como elas não tem visão financeira, às vezes pegavam 500 reais, gastavam em outra coisa e se endividavam, por isso a educação financeira é fundamental, especialmente para mulheres. O trabalho de microcrédito é capaz de recuperar muitas famílias. Mas é preciso pensar em uma política pública para uma pessoa que está empreendendo hoje para comer amanhã, para ter educação financeira como instrumento que dá liberdade de escolha.

**Stelio** (INEC) entrou na roda, e ponderando sobre o que estava sendo dito: “o problema não é de crédito”. Em sua reflexão afirmou que existem muitas entidades que fazem um trabalho de formiguinha, e o grande trabalho agora é entender que não vai ser uma solução de cima para baixo que vai funcionar. Todos os microempreendedores passam um pouco pela educação financeira, mas passam “pro forma”. Não vai dar no modelo tradicional. Não se pode olhar para um cliente de microcrédito e querer vender para ele todos os produtos agregados. Um outro papel da Caixa como ente público seria apoiar as instituições que estão aqui, já que precisam de mais, de ajuda, não apenas recurso, mas informação, capacitação. As entidades precisam melhorar sua governança para poder aplicá-las. Na hora de querer inovar não basta sair com um programa: se for feito isso, irá prejudicar as instituições que estão aqui, e os empreendedores que eles atendem.

**Aira** (As Josefinas) também entra no círculo e conta que sua proposta é criar um link entre as organizações presentes. Como presidente de uma ong que tem como público mulheres, afirma que tudo muito difícil: as mulheres empreendedoras às vezes têm três trabalhos. é importante que os agentes financeiros façam a conexão direta com as organizações que estão na ponta, pois eles sabem na realidade para onde direcionar e orientar o dinheiro, impactar essas famílias e a sociedade. Colocou a organização à disposição para ajudar a fazer essa capilarização. Sugeriu fazer uma grande organização e um grande pacto se esse link for feito através das organizações sociais.



Por sua vez, **Georgia** (Banco da Família) entra no círculo e afirma que a melhor das parcerias é feita quando se consegue entender os interesses das pessoas para mitigar os problemas como, por exemplo, uma venda casada. Compartilhou sobre um projeto que o Banco tem há 25 anos e que dá muito certo: atender uma fatia da população que não tinha acesso a verba antes. “Esse dinheiro circula dentro da população, foram 325 mil empreendedores beneficiados. A verdadeira circulação financeira acontece quando a gente senta na casa dessa pessoa e conversa. O agente de crédito que tem os melhores retornos é aquele que está presente. Então, estamos buscando formas com a tecnologia para que o agente de crédito possa estar sempre junto com as pessoas. Nossa dor e interesse: temos um projeto viável que funciona, que realimenta e rentabiliza, sabemos que é um mercado novo, que está sendo mal-entendido. Precisamos entender os reais interesses das organizações para trabalhar junto. Não temos força de crédito (temos mais recursos externos que internos que nos apoiam). O BNDES, por exemplo, tem um dos créditos mais caros do Brasil. Primeiro estendemos o acesso, vamos até a casa dele, entendemos o que está acontecendo. De mais de R\$ 1 bi que foi colocado no mercado, apenas 2% não nos pagaram. Sabemos fazer, queremos ser vistos”.

**Rachel** então entrou no círculo, com um questionamento: a Caixa trouxe uma dor, que é a dor do acompanhamento, e parece que muitas pessoas nessa sala têm essa questão. A pergunta é: qual a dificuldade da caixa de criar parcerias de empoderamento das pessoas? O que precisa acontecer?

Para **Daise** (Colabora Moda Sustentável) o motivo é que não conseguem fazer esse match entre as instituições e as organizações que já tem uma gestão financeira. Afirma que consegue ver isso acontecer, mas não conseguem os recursos governamentais para isso acontecer. Outra questão levantada foi sobre, por que não apoiar fundos de investimentos sociais. Desde seu ponto de vista, as organizações não governamentais poderiam ter fundos de investimento apoiados pela caixa econômica ou pelo BNDES. Sustentou a necessidade de uma política pública dentro da comunidade, trazendo o foro municipal essa perspectiva, já que existe muita gente fazendo com muito com valores muito pequenos. Mas claro, se os valores são melhores, é possível melhorar a vida de muitas pessoas. Atentou para o fato de que hoje é dado muito foco para o individual, e é preciso dar mais foco para o coletivo: “somos de uma matriz coletiva, se seguimos pensando só no indivíduo a gente não cresce. Se nós levarmos para o coletivo, para as redes essa relação de crescimento, conseguimos crescer muito mais. Do micro, para o macro, em redes. Mulheres funcionam muito melhor em redes”. Adicionalmente, compartilhou a informação de que sua organização está fazendo pesquisas pelos observatórios e com as universidades. Essas viradas de paradigmas trazem para o cenário uma nova



possibilidade social de crescimento e capilaridade. Encerrou sua fala com o seguinte questionamento: por que não pensar nesse investimento, nesse formato?

Na sequência, **Edson Leite** (Gastronomia Periférica) pediu a fala. Trouxe uma fala bem assertiva e disse que microcrédito é uma palavra que sempre incomodou e que o macro crédito precisa ser olhado pela lente histórica: “A gente é preto. A Americanas está devendo R\$ 500 mi pra caixa, e eu não consigo sacar mil reais. Para o Santander, a Americanas deve R\$ 3 bi. E quem está com o poder da caneta são esses caras, todos brancos, enquanto tem gente passando fome. Enquanto não olharmos para a equivalência econômica e racial histórica, nada vai mudar. Senão a gente não avança. Pedimos crédito de 1000 reais para não passar fome, e muitas vezes eu não consigo esse crédito. O acesso ao dinheiro e o acesso a conversas como essa nunca foram para a gente. Quais são as ferramentas para que tenhamos, no mínimo, os direitos garantidos? O Direito não se discute, se garante. Estamos discutindo a questão econômica nas maiores cidades do Brasil, e muitas pessoas não têm água, nem saneamento, enquanto temos uma empresa privada devendo milhões a um banco público. Para que essa conversa dê resultado, vamos precisar de alguns anos, mas ela começa com essa conversa. Hoje, uma mãe que cuida de uma casa com 200 reais, vai administrar 2 milhões. Mas um cara que tem 2 milhões de crédito, muitas vezes, quebra”.

A facilitadora **Anna** comenta que os problemas são muitos, e muito estruturantes. O motivo do encontro era justamente conversar, e agradeceu por mostrar sua inquietude, que talvez seja essa inquietude mesmo que pode fazer tudo caminhar.

A seguir o **André**, do SICREDI, fez considerações sobre o modelo de cooperativas de crédito: trata-se de um modelo alemão, criado para que as pessoas não caíssem nas mãos de agiotas. Para tanto, era muito importante a capacitação dos empreendedores. Além disso, contou que existem programas de repasse entre a Caixa e o SICREDI, que acontecem devido à capilaridade da cooperativa: hoje conta com 16 mil colaboradores, dos quais 1700 são voluntários. Hoje ele tem um programa de formação e treinamento por meio desses voluntários, mas falta grana. Têm parcerias, voluntários, mas carecem de recursos.

Nesse momento a **Bárbara** (Vencer Juntos), pediu a palavra. Atentou para o fato que, no governo Dilma, mapearam territórios muito ativados de redes da economia solidária, bancos comunitários. Funcionava bem. Porém, com o final de seu governo, não houveram mais políticas públicas nesse sentido. Sem uma





injeção na reconstrução de agentes de equipes locais, a situação ficou muito precária. De acordo com sua experiência, esse governo novo precisa retomar esses contatos, conexões e parcerias estratégicas para que essas organizações possam recontratar suas equipes, talvez por meio de editais. É um investimento nos processos de desenvolvimento local. A (REDE) empresta o dinheiro para mulheres que estejam conectadas a um grupo. Isso faz com que as mulheres tenham um compromisso com o grupo, não só ela como pessoa física. No final, percebemos que a questão cultural facilita muito a dinâmica. Sobre dinheiro a fundo perdido, a Rede dá muita capacitação, é sempre um recurso financeiro. Uma vez deram auxílio alimentação, e isso impulsionou muito, pois a pessoa que recebe sai dessa situação de emergência. Por fim, falando em parcerias justas, acredita que precisamos sempre olhar para as questões locais, e isso envolve recursos.

**Fábio**, da Caixa, elogiou a riqueza da conversa, ressaltando a importância de diversas informações que estavam sendo trazidas. Adicionou que gostaria de propor um desafio, que é do estímulo: levar o conhecimento certo, na hora certa, para o empreendedor. O apoio financeiro não depende da capacitação, a capacitação não depende do apoio financeiro. Mas juntos, funcionam melhor.

Sobre o tema do fundo perdido, **Geovana** (Nação Ativa), se posicionou no sentido de que acredita que existem empreendedores que precisam queimar dinheiro. "Temos que deixá-lo errar. Temos uma base da pirâmide, e temos que permitir que ele possa queimar. Dar o dinheiro, a fundo 'perdido'". Assim os novos empreendedores conseguem aprender, entender e, desta forma, se transformar em um empreendedor. Como uma criança aprendendo a andar de bicicleta. O pai vai do lado, cambaleando. Até que um dia ela aprende e vai sozinha. Empreendedor com dinheiro é igual. E isso é o que dá trabalho.

Para **Daise** (Colabora Moda Sustentável) é imprescindível que, junto com tudo isso, sejam tratadas questões emocionais: ou você trabalha o emocional dessas mulheres, ou elas irão permanecer dilaceradas em sua autoestima. Conta que elas têm dificuldade até de abrir a câmera do zoom. Como vão abrir um negócio? Como fazer isso sem essa reconstrução? Não vai. É uma questão estrutural. A estruturação das competências emocionais precisa fazer parte da capacitação, é essencial que isso seja levado em consideração.

**Rafael** (Caixa), contou que além de trabalhar com políticas públicas, é gestor do crédito comercial. Participou inclusive da formação do comitê na pandemia. Sobre o Pronampe, informou ser um programa criado pelo banco federal, mas gerido pela Caixa. Quando a Caixa se propõe a emprestar um valor, há um processo de governança envolvido em que é necessária uma receita mínima para



sustentar a operação. Quando se trata de uma operação de repasse, ainda nessa linha precisa-se de uma rentabilidade mínima - e isso muitas vezes mina a atividade das Oscips. Tem coisas que gostariam de fazer, mas não podem romper com os protocolos que existem. Por isso essa conversa hoje aqui, para pensar em como fazer isso melhor.

Na sequência, **Anna**, facilitadora, trouxe uma reflexão no sentido de atender para as diversas formas de economia e colaboração, que transcendem a relação comercial: “preciso do dinheiro. Mas preciso do dinheiro para que? Às vezes eu não tenho dinheiro, mas eu posso te dar algo que não seja dinheiro. Por exemplo, você precisa dar capilaridade: às vezes, podemos enviar alguma coisa no malote da caixa? Só um chute, um exemplo”.

Após, **Fernanda** (Conta Black) chamou atenção para o cuidado com os objetivos por trás das ações: “quando sentamos numa mesa, precisamos saber quais são os objetivos, exatamente para sairmos dessa perspectiva de só discurso e pouca prática” A seguir, dando possíveis encaminhamentos à conversa, levantou alguns questionamentos: Como trabalhamos de forma colaborativa? Como trabalhar de uma forma cooperativa, e sistêmica? De que forma conseguimos mapear e identificar em que trilha cada um atua? Depois que mapeamos, como construir soluções conjuntas a partir disso?

**Ana Cristina** (SICREDI) pediu a palavra e informou que para além dos serviços financeiros o SICREDI tem o compromisso de gerar sustentabilidade onde estão inseridos. Estão em comunidades em que outras instituições financeiras estão fechando. Em seu sistema operacional, têm agências que ficam às vezes no negativo para compensar a atividade de outra agência. Então, como alocar o dinheiro? Dinheiro não falta. Hoje têm sido feitos muitos trabalhos para cuidar desse tema. Após, trouxe a fala da Daise, sobre o emocional, a autoestima e citou um projeto que prevê isso:

- 1) resgate do sonhos,
- 2) capacitação empreendedora e
- 3) mão na massa

No SICREDI trabalhamos em redes, começamos com agricultura familiar e entendemos: quanto mais juntos, mais fortes somos.

Para finalizar, **Sérgio** (ALAMPYME) relatou que comprar é ajudar a desenvolver microempreendedores. Já está em andamento com o governo um programa de desenvolvimento da MEI, no qual a MEI pode passar a ser contratada pelo setor público. Expressou seu desejo de trazer a disponibilidade do fórum permanente para que todos os ministérios que trabalham com empreendedorismo pudessem





conversar e se integrar. É importante para todos que trabalham com políticas públicas, conseguir entender onde elas estão, como podemos acessá-las e contratá-las para serviços como poder público. Uma associação de costureiras e a questão dos uniformes escolares, por exemplo. Por favor, alimentem de ideias. Quero que meu comitê da ALAMPYME possa ajudar muito.



Figura 2. Diálogo durante a metodologia

#### 4. Devolutiva dos grupos

Devido ao avançado da hora - e para fazer uma devolutiva ao grupo sobre a conversa em aquário, **Michele** (Caixa) ressaltou a evidência da conexão entre os vários atores presentes, para seguirem juntos em um mesmo projeto. Juntos, eles têm mais capacidade de capilaridade.

#### 5. Encerramento

**Anna** passou então ao encerramento do evento, agradecendo a participação de todos e a abertura para a conversa. Reforçou que é preciso entender o contexto para depois pensar em projetos, ideias e identificar os pontos mais importantes: uma continuidade do conhecer, do entender. Ressaltou que há muito a se fazer.



Entender o melhor lugar para aplicar esse dinheiro, para entender como fazer mudanças dentro da Caixa para acolher os microempreendedores cada vez melhor. Disse que, como Caixa, estão disponíveis, dispostos e com canal aberto. Que sozinhos não iriam conseguir avançar muito mesmo. Se despediu dizendo que plantamos hoje muitas sementes, que as portas da CAIXA estão abertas e agradeceu por terem ajudado a enxergar o país de uma forma mais real.



*Figura 3. Grupo de participantes no evento.*



## **Oficina 2: Programa “Aprender e Empreender”: Caminhos para o empreendedorismo na Assistência Social**

Data: 17 de maio de 2023 - Horário: 15h às 17h30min

Local: Auditório do Ministério do Desenvolvimento Social

Relatoria: Ingrid Silveira

### **1. Abertura**

O evento teve início com as facilitadoras da Aliança Empreendedora, Cris Filizzola e Mariana Rodrigues, dando as boas-vindas ao grupo participante.

Em seguida, passaram a palavra ao Sr. Alison Ramos, Diretor de Apoio ao Empreendedorismo da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica. Ele cumprimentou os presentes agradecendo pela presença e informou que o programa que será apresentado ainda está em fase de aprovação, por isso ainda não foi divulgado. O diretor convidou então o Sr. Luiz Carlos Everton, Secretário de Inclusão Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para apresentar o Plano Nacional de Inclusão Socioeconômica - Aprender & Saber.

### **2. Apresentação do Plano Nacional de Inclusão Socioeconômica - Aprender & Saber.**

O Secretário deu início a apresentação do Plano Nacional de Inclusão Socioeconômica cumprimentando os presentes e dizendo que o objetivo do novo projeto é que todos e todas possam aprender e empreender. Segundo o secretário, o governo entendeu que é preciso olhar para a população brasileira que ganha até meio salário-mínimo em busca de incentivar o empreendedorismo e a geração de emprego e renda. O recorte do programa leva em consideração pessoas de 16 a 65 anos, que é a faixa da população economicamente ativa. Por isso, o tripé do programa é: qualificação profissional, empreendedorismo e emprego, com foco na emancipação de pessoas de baixa renda.



Ele explicou que o governo está readequando os projetos de inclusão socioeconômica e uma das ações será retirar do Cadastro Único pessoas que já não cumprem os requisitos. Porque a meta é retirar o Brasil do Mapa da Fome e isso não acontece apenas com transferência de renda, é preciso alavancar a renda das pessoas para que, no futuro, elas possam sair do Bolsa Família e entrarem no mercado de trabalho.

Para promover o sucesso do programa o Secretário lembrou que foi formado um comitê gestor com 14 ministérios, em parceria também com a sociedade civil, para alinhar e otimizar recursos sem sobreposição de ações para que haja uma emancipação socioeconômica das pessoas que estão no Bolsa Família.

Assim, foi criada uma Jornada da Inclusão. Ela começa com a criação de oportunidades oriundas de investimentos públicos, investimentos privados, arranjos produtivos locais e diversos programas e projetos.

Depois as pessoas serão qualificadas em uma ação conjunta com o Ministério do Trabalho para que as vagas sejam ocupadas por essas pessoas que estão no Bolsa Família. Porque no público do Bolsa Família há pessoas muito diversas, desde analfabetos até pessoas com nível superior, que falam idiomas e tem qualificação. Só não tem oportunidades, e é isso que esse governo quer criar.

O Secretário citou o filósofo Arquimedes dizendo: “Me dê uma alavanca que moverei o mundo”. E seguiu sua explicação afirmando que as empresas privadas também estão em parceria com o programa, empregando pessoas, porque querem alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para ele, outra forma de inclusão é criar aparatos para que 10% dos empregos terceirizados nos governos possam ser de pessoas do Bolsa Família. Isso, para pessoas que buscam emprego fixo, mas ele lembrou que há aqueles que são empreendedores. E que o governo está buscando parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para oferecer qualificações e Planos de Negócio na área rural e urbana, para que empreendedores e empreendedoras possam tirar do papel suas ideias.

Segundo Luiz Carlos, serão alavancados 1 bilhão e 700 milhões para um Fundo Garantidor de crédito para as pessoas que estão à margem da situação de crédito. E querem ainda buscar mais 20 bilhões de crédito junto às instituições bancárias. Ele argumentou que o modelo atual de microcrédito precisa ser melhorado para que ele não perpetue o ciclo da pobreza. “Queremos tirar as pessoas da miséria. Salta aos olhos do governo o número de pessoas endividadas, temos que propiciar que meio para que as pessoas não voltem a se endividar”, afirmou. E seguiu complementando que o Fundo Garantidor vai permitir a entrada de pessoas no crédito para que elas não fiquem nas mãos de



agiotas, pagando valores exorbitantes, porque se endividaram. Lembrou que esse modelo de microcrédito foi criado pelo economista Muhammad Yunus, trouxe muitos benefícios, mas precisa ser melhorado. E no Brasil isso seria facilitado, pois o país tem a pobreza mapeada no Cadastro Único, com CPF e endereço. “Que outro país tem isso?”, questiona e seguiu falando que essas informações precisam ser utilizadas para ajudar no processo de desenvolvimento dessas pessoas.

Ele deu o exemplo do agricultor familiar, que é posseiro ou arrendatário e não tem banco nenhum que lhe dê crédito. Sendo essa uma situação crítica em diversos estados.

Em um dos slides o secretário mostrou parcerias que já estão comprometidas com o programa como a FIESP, as entidades do Sistema S, o Instituto Coca-Cola, a cervejaria AMBEV, o Grupo Pão de Açúcar, a Arcos Dourados, o Carrefour, o Instituto XP, entre outros. Disse que o programa está fazendo parceria até com o Conselho de Justiça e brincou que “onde tem dinheiro, nosso programa está no meio. Somos do tipo Robin Hood, tirando dos ricos para dar aos pobres”.

Em seguida, ele mostra as parcerias com o próprio governo, como o MDS, MMA, MAPA, MDA, MDIC/IBICT, MEC, MTE, MPI e a Funai (no projeto de Artesanatos Yanomami). Deu exemplos dos programas Florestar Brasil, no qual pessoas do Cadastro Único serão remuneradas com até um salário mínimo para atuar na coleta de sementes e produção de mudas. E no Brasil Verde com social, no qual as pessoas irão plantar árvores e atuar na recuperação de Unidades de Conservação. Também falou do projeto Conectividades que visa a inclusão digital e vai impactar 20 milhões de pessoas, dentre muitos outros junto com diferentes ministérios e órgãos públicos por meio de um Acordo de Cooperação Técnica somado a Protocolos de Intenção.

O secretário disse que os Estruturadores de Negócios são outro pilar da Jornada. Esse pilar é formado por instituições, empresas públicas e privadas que estruturarão negócios financiáveis pelas Instituições financeiras para as pessoas oriundas do Cadastro Único, que tenham perfil empreendedor, por meio da elaboração de planos de negócio e orientação técnica e gerencial. Esses Estruturadores serão remunerados pelo Ministério em 3,5%. E o projeto deve ter necessariamente uma renda superior a 1,5 salário mínimo.

Ele apresentou também a proposta do Fundo Garantidor de Empreendedor Social (FGTS), que será de natureza privada, formado a partir de cotas de resultados operacionais, administrado por uma instituição financeira federal. O Fundo visa o Incentivo à formalização e sustentabilidade dos pequenos negócios; a assistência técnica, inclusão financeira e acesso simplificado ao crédito produtivo; o fomento de agricultores familiares e da pequena propriedade rural





com novos limites de crédito; e o aumento da renda familiar pelo empreendedorismo social.

Em seguida, explicou que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome tem dois sistemas fortes que são o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema de Segurança Alimentar e que agora haverá outro que é o Sistema Nacional de Inclusão Socioeconômica. E irão lançar o Conselho Nacional de Inclusão Socioeconômica, a exemplo do CONSEA, atuando com uma rede de parceiros, e irão lançar também um prêmio de Inclusão Socioeconômica e um Selo para parceiros.

O Secretário finalizou a apresentação apontando que o Ministro deseja que 1 milhão de pessoas saiam do Bolsa Família em 2023 até 2024 pelo aumento de renda e emancipação. Com parcerias e qualificação de mão de obra, a expectativa é que com 2 anos o programa alcance 2,5 milhões de pessoas. “Este é o nosso projeto e contamos com vocês para melhorar ele”, finalizou.

A facilitadora Mariana aproveitou para dizer ao Secretário que no grupo havia diversas organizações que gostariam de contribuir e que a Aliança Empreendedora iria fazer a conexão entre os representantes das organizações e a secretaria.

Após a apresentação, a equipe da secretaria respondeu breves perguntas descritas a seguir:

**Pergunta 1:** *Levando em consideração a capacitação adequada para que a pessoa possa sair e não volte ao CadÚnico, o que estão pensando em fazer para que esse sucesso seja alcançado?*

**Pergunta 2:** *Existe a Regra de Proteção no Bolsa Família, que considera que uma renda de até meio salário mínimo por pessoa mantém a família do bolsa família por 2 anos, mesmo tendo conseguido um trabalho. A meta de desligar 1 milhão de pessoas considera que eles terão uma renda acima desse valor ou existe uma reformulação de Regra de Proteção?*

**Resposta:** O segredo do sucesso está justamente na figura do Estruturador de Negócio que vai ser responsável pela busca ativa, capacitação e acompanhamento do negócio. Vamos elevar o valor do crédito para que o negócio seja sustentável.

Sobre o Bolsa Família, a nossa meta não é de exclusão de 1 milhão de pessoas e sim de inclusão devido a melhoria de renda. Só vai sair do programa quem não atender às regras, sendo que se mantém a Regra de Proteção que garante a permanência por 2 anos, porque é importante que a perspectiva de renda das



peças seja duradoura. Nosso objetivo é atingir 1 milhão de pessoas para que tenham autonomia e melhoria da sua renda familiar. E a figura do Estruturador de Negócio é fundamental para que os projetos tenham viabilidade e sustentabilidade.

**Pergunta 3:** *Qual o orçamento para os Estruturadores de Negócios?*

**Resposta:** Os valores são ainda em percentuais, esses apresentados pelo secretário na apresentação. Mas esse é só o aporte inicial porque o Governo não vai estar sozinho. Vamos ter uma cesta de recursos que já está sendo fomentada.

**Pergunta 4:** *Quem pode ser Estruturador de Negócios?*

**Resposta:** Todos vocês! Os Estruturadores de Negócios serão contratados pelos governos e todos aqui podem ser estruturadores. As organizações de apoio aos microempreendedores e pequenos negócios, esses são os estruturadores.

A Alianças, por exemplo, tem expertise sobre estruturação de negócios para ajudar e tentar caminhar. E é importante ter acompanhamento e monitoramento para tentar diminuir os insucessos.

Após a última resposta, Mariana convidou os participantes para o trabalho em grupo, para que as ideias que estavam emergindo pudessem ser trabalhadas.

### 3. Atividade em grupo

A facilitadora Cris Filizzola dividiu os participantes em 8 grupos para responder às seguintes perguntas orientadoras:

**Pergunta 1:** No Plano Aprender & Empreender, os "estruturadores de negócios - organizações" são pessoas jurídicas que orientam o acesso ao crédito e fomentam o empreendedorismo do público do Cadastro Único. Além de informar, devem mobilizar o público, estimulando a capacidade empreendedora e a organização dos empreendimentos. A remuneração dos estruturadores será proporcional ao volume de operações de crédito realizadas.

**Como fazer o empreendedor informal compreender as vantagens da formalização, do crédito, da proteção social e do trabalho decente?**

**Pergunta 2:** A população de baixa renda, a partir de suas capacidades, necessidades e habilidades, desenvolve atividades econômicas ocasionais para





aumento da renda familiar. Essa situação incentiva a fragilidade das ocupações, geralmente com baixas remunerações e grande precariedade. A estruturação de um empreendimento duradouro, entretanto, requer conhecimento técnico e gerencial para que o seu pequeno negócio tenha sucesso.

**Como base na sua experiência, quais as orientações iniciais que você daria para o início e o sucesso de um empreendimento dessas características?**

**Pergunta 3:** A população de baixa renda, a partir de suas capacidades, necessidades e habilidades, desenvolve atividades econômicas ocasionais para aumento da renda familiar. Essa situação incentiva a fragilidade das ocupações, geralmente com baixas remunerações e grande precariedade. A estruturação de um empreendimento duradouro, entretanto, requer conhecimento técnico e gerencial para que o seu pequeno negócio tenha sucesso.

**Qual estratégia o Governo Federal deve utilizar para mobilização social da população inscrita no Cadastro único para participação do Plano Aprender e Empreender?**

Cada grupo teve 25 minutos para traçar até 3 estratégias. Em cada grupo uma pessoa ficou encarregada de apresentar a cocriação do grupo ao final.



Figura 4. Participantes dialogando em grupos focais

#### 4. Devolutiva dos grupos

##### **Grupo 1** - Representante Isis Fenner (Brasil Júnior)

##### **Respondeu à pergunta 1**

O grupo considerou ser fundamental uma conscientização dos empreendedores informais, mostrando quais são as vantagens desse caminho da formalização, do crédito e do empreendedorismo de forma clara e facilitada. Por isso, o grupo propôs uma campanha que chegue aos trabalhadores formais e informais por meio de um guia físico a ser distribuído pelos CRAS. Essa ferramenta de comunicação divulgaria o tripé orientacional.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

Tripé da Orientação Socioprofissional



- Academia (dados)
- Privado
- Comunicação: termo de adesão com municípios

O que é ? Uma Ação de capacitação, conscientização.

Para quem?

- MEI (Sebrae)
- Não MEI (Informal)

Como comunicar?

- Guia físico para serem distribuídos pelos CRAS e CREAS, e secretarias formulando as ações de conscientização nos guias.

## **Grupo 2 - Representante: Vahid Vahdat (Veredas)**

### **Respondeu à pergunta 1**

Para o grupo é preciso cuidar dos programas de assistência social com critérios muito claros sobre a saída do programa, buscando estratégias que não coloquem as famílias em risco.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

- É preciso tornar critérios de emancipação do Bolsa Família transparentes e conhecidos, de forma a garantir a segurança e proteção das famílias.
- A formalização é um meio, mas não pode ser o objetivo do programa, ou a linha de chegada. É preciso definir critérios relacionados à qualidade dos negócios (estabilidade do faturamento, lucro). Também é importante reconhecer que há estratos ou perfis de empreendedores: os objetivos têm que ser diferentes para os grupos e a estrutura de incentivos deve evitar a exclusão dos mais vulneráveis.
- É preciso organizar o conjunto de serviços e políticas a nível municipal de forma integrada para que a formalização e o crédito façam sentido para os empreendedores. Precisa ser efetivamente beneficiado. O estruturador de negócio ou outros agentes sociais podem ajudar na conexão, mas a oferta precisa estar organizada.



### **Grupos 3 - Representante: Bárbara Lopes (Bensá - Educafro)**

#### **Respondeu à pergunta 1**

O representante do grupo disse que conversamos sobre muitas ideias e foi desafiador escolher três para se focar. Bárbara frisou que o poder público deveria trazer ao programa recursos para além do conhecimento técnico. E que é preciso olhar para as pessoas como um todo, tanto na seleção de estruturadores quanto quem recebe essa iniciativa. Ela lembrou que a pessoa que abre o MEI muitas vezes perde o benefício e, por isso, é complicado mostrar uma prática de melhor viver para aqueles que ainda estão lutando para sobreviver.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

- Orientadores de crédito selecionados, treinados e com remuneração ética não vinculada somente ao valor do crédito concedido.
- Conceder período de carência para início do pagamento do crédito (1 a 2 anos).
- Verbas de ESG de grandes empresas e público para crédito a fundo perdido aliado a mentoria e cuidados às empreendedoras.

### **Grupo 4 - Representante: Jennifer Rodrigues (Empreende Aí)**

#### **Respondeu à pergunta 2**

Jennifer começou dizendo que é importante saber que nem todos estão prontos para a formalização, que o Brasil é um país muito grande, com perfis diversos e diferenças educacionais e financeiras enormes. E acreditam que a comunicação sobre as vantagens da formalização deveria ser realizada de forma clara e visual, lançando mão de ferramentas que facilitem a compreensão. Além disso, acreditam que a análise e concessão de crédito para MEI deve ser diferenciada do que existe hoje, olhando para o Plano de Vida e o Plano Empreendedor.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

1) Ressalvas:

Nem todos os empreendedores estão prontos para a formalização (Remuneração não condicionada).

2) Acesso ao mercado estimulado – compras públicas, eventos municipais etc.



3) Incentivo em bônus no valor do benefício Bolsa Família, condicionado à capacitação empreendedora.

4) Análise e concessão de microcrédito diferenciado e especial aos MEIs.

### **Grupo 5 - Representante: Kaline Lima (CUFA)**

#### **Respondeu à pergunta 2**

Carolina disse que o grupo optou por usar apenas palavras de gatilho ao invés de frases completas, porque privilegiaram o diálogo. O grupo entendeu que é preciso ter um grande número de Estruturadores de Negócio que atuem em rede para integrar oportunidades de forma ágil. Lembraram que no Bolsa Família havia uma série de condicionantes para estar no programa e que esses estímulos eram do próprio governo. Porém, acreditam que seja preciso acrescentar a condicionante de Articulação Social.

Para eles, o mapeamento dentro do público do Cadastro Único deve ser feito para saber/identificar quem seria esse público empreendedor e, a partir do mapeamento, já teriam uma capacitação que seria um item condicionante para empreender. Para empreender tem que passar por alguma das capacitações, com o objetivo de ferramentar empreendedores para que seus negócios tenham maior chance de sucesso. Portanto, é essencial o cuidado com as capacitações, com quem são os estruturadores e como e qual conteúdo vão levar para as pessoas.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

- Rede: estruturadores de negócios serem mobilizadores
- Mapeamento
- Condicionamento

### **Grupo 6 - Representante: Igor Guadalupe (GESUAS)**

#### **Respondeu à pergunta 2**

Igor começou dizendo que notou que todos os grupos construíram soluções parecidas ou que se completam. E que seu grupo também foi pelo mesmo caminho, mas olhando para algo diferente, as emoções. Em especial o medo, que é tão comum em todas as pessoas e se agrava entre aqueles em situação de vulnerabilidade, necessidade ou escassez. Para o grupo, o não engajamento é um sintoma de algo que aconteceu lá atrás, medos e inseguranças que fazem



as pessoas não aderirem aos programas propostos pelos governos. E isso também precisa ser cuidado para se ter êxito. Então, o grupo focou nesses sintomas.

Também é preciso que exista uma Rede de Apoio, que é o que a maioria das pessoas não tem. Seja relacionado a transporte, a creches, a estabilidade, a saúde, sempre articulando com outras políticas públicas. Além disso, o grupo frisou a importância da garantia de renda, que pode se traduzir em ter um negócio estável por pelo menos 2 anos antes de sair do Programa.

Igor disse que seu grupo acredita que a capacitação precisa ser técnica e também emocional. Mostram resultados positivos dando segurança e mobilizando a participação por meio da comunicação assertiva, com maior clareza e com o apoio das Unidades de Assistências para tirar dúvidas.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

- Contexto: a insegurança relacionada à falta de renda e perspectivas. Necessidade de tratar as causas do medo.
- Garantir renda (PBF) e rede de apoio (transporte, creche, articulado com as outras políticas) para aqueles que participarem do programa sem o limite da renda prevista na regra de proteção. Se tiver renda superior a 1 e ½ mínimo de forma regular por 2 anos.
- Dar segurança através da comunicação para que as pessoas entendam as regras do programa.
- Comunicar melhor utilizando a rede das Unidades de Assistência para levar as informações.
- Capacitar os trabalhadores das UBS para orientar o público do CadÚnico sobre o plano.
- Divulgar os pontos positivos dos resultados do programa.

## **Grupo 7 - Representante: Raiza Martins (Instituto Lojas Renner)**

### **Respondeu à pergunta 3**

Raiza disse que o grupo olhou mais para o indivíduo e traçaram uma persona para desenvolver as ideias e ações. Essa persona seria uma mulher negra, de baixa renda, que depois do expediente ou trabalho de casa, faz docinho para vender. Então, fizeram orientações iniciais para o início ao sucesso deste empreendimento.

Para o grupo o primeiro passo é se conhecer e avaliar todas as condições e estruturas existentes. É olhar para cada indivíduo e questionando e



diagnosticando quem ela é, o que ela sabe fazer? Onde ela está? Em que condições está? Qual o seu mapa de recursos?

Ela disse que o segundo passo seria a capacitação técnica e prática, por meio de trilhas personalizadas a partir do mapa de recursos. Assim, a trilha correta seria traçada, sendo preciso também uma capacitação comportamental.

Para Raiza, tudo que foi dito pelos demais grupos se encaixa bem na trilha criada, que leva em consideração inclusive os menos e o emocional, que não pode ser deixado de lado. A ideia é que a pessoa comece olhando para dentro entendendo "O que eu tenho? O que eu posso oferecer? E aquilo que me falta?". A capacidade do programa, ou do próprio estruturador de negócio, de conseguir passar pelo caminho adequado de acolhimento e capacitações comportamentais e técnicas é de grande importância para o sucesso do programa.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

#### A) Mapa de Recursos:

- Pessoa e contratempo
- Recurso financeiro
- Forma
- Deslocamento
- Conhecimento
- Situação
- Rede de apoio
- Entendimento Pessoal
- Filhos
- Trilha recursos

#### B) Capacitação:

- Comportamental
- Técnica prática

##### 1) Mapa de Recursos

- Entendimento Pessoal
- Trilha de ATER.
  - Quem é a pessoa e seu contexto
  - Fontes de renda e necessidade de renda

##### 2) Diagnóstico da Capacitação

Instituições que já tem expertise





## 2.1) Comportamental/ Acolhimento

- Academia
- Setor
- Privado

## 2.2) Técnica de Produção/ Gestão

- Uso de atores locais
- Ter instituições que conhecem o papel do público
- Flexibilidade metodológica para o público
  - Segurança
  - Expressa
  - Emancipação

### **Grupo 8 - Representante: Ana Marina de Castro (Caminhos Públicos)**

#### **Respondeu à pergunta 3**

Para o grupo é central e urgente olhar para a assistência, fortalecendo esses equipamentos de assistência social, como o com CRAS e o CRES para que eles sejam parte do programa, tendo esse olhar de acolhimento, inclusive emocional. Assim, seria importante capacitar os assistentes sociais e servidores que trabalham nessa área. Inclusive para que possam localizar quem seriam pessoas com perfil empreendedor e que poderiam se beneficiar com esse programa.

1 - Olhar para a Jornada do empreendedor em si. Mapear e entender onde essas pessoas estão, junto, inclusive, com as organizações de base. Acompanhamento de mentoria para

2 - Olhar para desenho de estrutura dos estruturadores de base. Com incentivos para o programa ser bem estruturado na ponta, acompanhando impactos (existem outros tipos de capital que precisam ser incluídos), acompanhamento de impactos informais, como o IPEA faz. Impacto de melhoria da capacidade empreendedora, aumento de faturamento. Olhar para o momento certo de receber o crédito.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

#### Fortalecer os equipamentos de acolhimento da Assistência Social

- Assistentes sociais/ servidores
- Estrutura e preparação dos CRAS e CREAS para encaminhar para a trilha e jornada do empreendedor



## Caminho para o microcrédito – Jornada do empreendedor

- CRAS| identificação| acolhimento → Rede mulher empreendedora| capacitação socioemocional → qualificação técnica profissional

## Avaliação de impacto

- 1) Mapeamento| prefeituras| endereços
- 2) Acolhimento| Competências socioemocionais
- 3) Capacitação técnica
- 4) Mentoria

## Estruturador| plano de negócios

### Desenho de incentivos dos estruturadores de negócios

- Não serem necessariamente ligados ao crédito | acompanhamento de outros impostos e critérios.
  - Outros tipos de capital
  - Momento correto de conceder o crédito

Inclusão das pessoas estrangeiras e diminuição das burocracias.

Após a apresentação dos grupos, a participante Gioconda Elvira (Parcerias de Sucesso) pediu a atenção de todos e todas para trazer ao evento sua ressalva sobre os imigrantes, uma vez que ela é venezuelana.

Gioconda disse que os estrangeiros também precisam de espaço e de serem visualizados nesses projetos. E esse foi o motivo que a fez levantar e pedir a palavra, porque apenas o grupo dela trouxe essa questão. Ela argumentou que os estrangeiros que vivem no Brasil também precisam ser ouvidos e incluídos porque estão no país para viver e trabalhar e assim, também contribuem para o crescimento do país.



## 5. Encerramento

A equipe da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica agradeceu a presença de todos e todas afirmando que aquele momento era praticamente uma consulta pública do Programa junto a um público muito qualificado para fazer contribuições que vão com toda certeza ajudar a melhorar o alcance e assertividade. Também afirmou que todos ali seriam convidados para o lançamento do programa.

As facilitadoras Mariana e Cris encerram o evento colocando a Aliança Empreendedora à disposição para fornecer dados para consultas mais profundas. Que aquele era um grupo de empreendedores e estruturadores muito maduros e por isso a secretaria deveria olhar com muita atenção para as construções realizadas na oficina.



Figura 5. Grupo participante da oficina “Aprender e Empreender”.



## Oficina 3: Diálogos sobre microempreendedorismo justo e sustentável na moda e artesanato

Data: 18 de maio de 2023 - Horário: 10h - 12h

Local: Secretaria da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e do Empreendedorismo - MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços)

Relatoria: Elaine Favero

Workshop de construção de soluções voltado para Moda Justa Sustentável dando foco para pequenas marcas (moda e moda casa - artesanato) e oficinas de costura. Passando pelas temáticas: 1. Arranjos produtivos e formalização 2. Acesso a mercado justo 3. Empreendedorismo feminino na moda, moda casa - artesanato.

**Anfitrião:** Diretoria de artesanato e MEI da Secretaria da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e do Empreendedorismo (MDIC)

(Cristina Filizzola, Cristina Chiarastello e Alexandra Meira, da Aliança Empreendedora)

### 1. Abertura

**Cristina Filizzola** (Aliança Empreendedora) inicia agradecendo a presença de todos os participantes, especialmente à Sra. Raissa Rossiter, que é a Diretora de Artesanato e Microempreendedor Individual, e passa a palavra para a Raíssa.

A **Raíssa Alessandra Rossiter** (MDIC) agradece e expressa sua felicidade de receber essa delegação organizada pela Aliança Empreendedora. Ressalta que o MDIC é uma casa que está aberta todo o tempo para a construção, o diálogo, a implementação de políticas públicas que possam promover a inclusão de pequenas empresas. Está aqui o Departamento do Ambiente de Negócios da Secretária do MDIC.

Adicionou que se sente muito feliz e honrada por acreditar que esse tempo irá permitir identificar e construir caminhos em conjunto. Sabendo que as políticas



públicas nascem de um anseio da sociedade civil, têm muito mais possibilidade de mudar positivamente a vida das pessoas.

Na sequência, **Joaquim Donizete** (MDIC) fez uma fala sobre como o artesanato está muito ligado à vida de cada um, intrinsecamente ligado à família de cada um, à economia local. É essencial que o governo construa políticas públicas em conjunto com quem "sofre", para entender as necessidades. Destacou a importância do artesanato pelo papel social e econômico que presta na sociedade. O papel do MDIC é ouvi-los, para termos toda a informação e conhecimento necessário para podermos dar vazão às demandas que vocês têm.

**Cristina Filizzola** (Aliança Empreendedora) pede que as pessoas se apresentem brevemente. Cada um pode dizer o nome/ negócio a que pertence. Após as apresentações, chama Camila Zelezoglo da Abit - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, e a Daise Rosas, representante do Colabora Moda Sustentável, para apresentar o contexto da cadeia produtiva têxtil e da moda sustentável.

## 2. Contextualização sobre o setor: Moda Justa Sustentável - moda, moda casa e artesanato

### 1. Camila Zelezoglo da Abit foi chamada para trazer um Contexto geral da cadeia produtiva têxtil e de confecção no Brasil

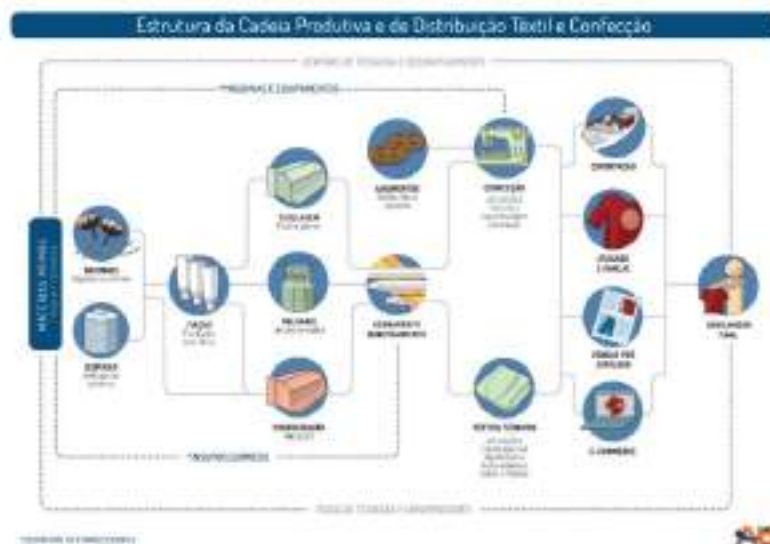
>> [link apresentação](#)

Iniciou sua apresentação dando bom dia e agradecendo toda a atenção que a equipe do ministério têm nos dado.

Ao falar sobre a estrutura da cadeia produtiva, destacou que é muito ampla, indo desde a produção das fibras até, de outras empresas ligadas à tecelagem que produzem insumos para a cadeia da confecção. Além da moda, existem outras aplicações têxteis que são utilizados na economia brasileira, até na construção civil, por exemplo. Uma parte pequena vai para o exterior, e existem muitos canais, atacado, varejo, e o e-commerce, que está sendo mais proeminente atualmente.



## Complexidade da cadeia



Olhando para os dados, fica clara a importância dessa indústria na cadeia:

- R\$ 190 bilhões em faturamento
- 5º lugar no ranking mundial (orientado para o mercado interno)
- 22,5 mil empresas (+5 empregados) – mais de 80% são PMEs
- 1,3 milhão de empregos diretos - é uma das indústrias que mais emprega
- 60% de mão de obra feminina - na confecção esse percentual aumenta para 75%
- 400 mil registros de MEI (78% confecção)
- R\$ 265,8 bilhões de consumo no varejo de moda
- 6,3 bilhões de peças (3º lugar em bens de consumo das famílias)
- 133 mil PDVs especializados
- Grandes varejistas representam em torno de 25% - cadeia produtiva certificada ABVTEX (mais de 3 mil empresas)
- Informalidade / comércio eletrônico (em torno de 30%)

Apresentados esses dados, destacou a relevância da informalidade na cadeia, pois implica diretamente na qualidade das relações de trabalho, na competitividade e também nas ações internacionais.

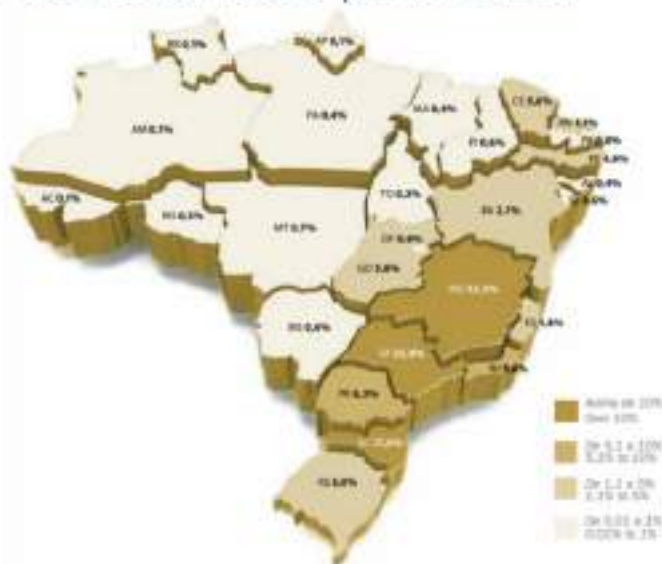
No âmbito do Brasil, ressalta a existência de um consumo interno muito grande, e pulverizado: está presente em todos os Estados (maiores concentrações: São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco).





## Distribuição do setor T&C pelo Brasil

Pulverização da cadeia – presente em todos os Estados (maiores concentrações São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco)



Fonte: IBGE 2007 - Dados de 2005

Finalizada a apresentação da Camila, Cristina Filizzola chama a Daise Rosas, do Colabora Moda Sustentável para realizar a sua apresentação.

## 2. Daise Rosas – Natividade e Colabora Moda: contexto das diferentes realidades regionais, étnicas raciais e de gênero

>> [link da apresentação](#)

Daise começa sua fala abordando o Brasil Profundo, onde tem focado seu trabalho com mulheres, que são de 8 estados pela rede da Mulher-Brasil-empREENDEDORA e também no Acre, populações Huni Kuin, famílias ribeirinhas, entre outras.

Destaca que a concentração da moda está no Sul. Mas no norte e nordeste, muita coisa acontece. Ela tem percebido que no Acre, no Maranhão, no Pará, no Tocantins, em todos esses ambientes não existem políticas públicas que estejam mais presentes.

Passou então a um relato de quando trabalhava com Nilcéia Freire: "cuidávamos muito do individual, daquela mulher que estava inserida no Bolsa Família. De lá para cá muita coisa mudou, temos uma ascensão do empreendedorismo feminino, houve esse olhar mais cuidadoso para as mulheres, mas as políticas públicas ainda não cuidam de práticas que podem favorecer essas mulheres. Tenho trabalhado com isso desde 2004, continuo nessa perspectiva com a Universidade rural do Rio de Janeiro. Estou muito imersa nesse lugar".



Reforça como essa imersão trouxe muito conhecimento: uma moda ancestral, de saberes da população, sejam das florestas, dos quilombos, das populações ribeirinhas. Conta sobre uma indígena Huni Kuin que ela não quer mais fazer o tingimento natural. Mas por que ela não quer mais fazer isso? Porque ela não vê um interesse dos não indígenas na comercialização.

Atenta para o fato que é preciso cuidar da nossa moda, para que seja mais regenerativa, que não vai danificar o meio ambiente. O Brasil é o quinto maior poluidor do mundo no cenário da moda. É possível sim pensar em reverter essa estrutura e colaborar com essas mulheres para impulsionar o trabalho.

Em uma reflexão, afirma que a nossa matriz civilizatória é coletiva e, por ser coletiva, precisamos trabalhar na coletividade. Se a maior parte da população é preta e indígena, são esses os coletivos que precisam ser estruturados através de políticas públicas. Para encerrar sua fala, faz a seguinte declaração:

“Devemos cuidar dos coletivos e não dos indivíduos, é isso que precisamos, de trabalhar em rede. A prática me mostrou que quando trabalhamos só o individual, a prática não floresce. Na Rei Afro fazemos isso: trabalhamos uma moda colaborativa, inclusiva e regenerativa. Trabalhamos com fibras naturais em um terreiro em Salvador, em um quilombo em Magé. O Colabora Moda Sustentável vem para essa construção no coletivo, e não no individual”. Após essa fala, passamos a uma apresentação da Raíssa Rossiter sobre o Departamento de MDIC/SEMPE, o Artesanato e Microempreendedor Individual

**Raíssa Rossiter** (MDIC) inicia sua apresentação agradecendo a todos os presentes como uma honra muito grande em recebê-los. Diz que as falas sobre contextualização inspiraram profundamente, e ver a diversidade dessa sala foi muito bonito: “aquela sala com carinhas todas homogêneas ficou para trás”.

Destacou que estamos em um governo comprometido com a inclusão, e que, por isso, a diversidade é imprescindível. O empreendedorismo que precisamos não é dos heróis individuais, é o empreendedorismo da coletividade, dos cooperativismo, das redes. E também não se limita a um segmento: dos indígenas, dos pretos, quilombolas e das populações de rua. E a saída de uma atividade digna, o subemprego disfarçado é um caminho. Temos o dever de acolher a todos para que sejam dignos. Contou que na semana anterior havia realizado uma reunião com a Secretária de Direitos Humanos, e relatou como é importante esse conceito para eles. É sobre inclusão, coletividade, diversidade e rede.



Dito isso, enfatizou estarmos em um momento muito especial, construindo o planejamento estratégico deste governo, a visão de futuro que queremos até 2026 que está construída em 3 eixos: desenvolvimento social e a garantia de direitos, desenvolvimento econômico e cuidado climático.

Reforçou a ideia que a reunião era para conversar, ouvir dos presentes como podem caminhar juntos: “As tecnologias nos possibilitam aproximar pessoas que estão longe. Como construir uma instância de atividade coletiva. Há 15 dias atrás fizemos uma reunião na sexta feira a noite. Achei que ninguém ia aparecer, mas tivemos mais de 100 pessoas online por 2 horas, ou seja, temos MUITO que fazer”.

Após essa introdução, passou a uma apresentação sobre o Departamento de MDIC/SEMPE, o Artesanato e Microempreendedor Individual. Iniciou esta etapa afirmando que quando falamos em micro empreendedor e artesanatos, estamos falando de marcos legais, que sejam uma política de governo.



Defendeu a necessidade de um tratamento diferenciado específico para quem é MEI. No caso do artesanato, é uma das políticas públicas mais longevas do Brasil.



# PABPAB

PORTARIA Nº 1.007-SEL, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, e dispõe sobre a base conceitual que tem por finalidade subsidiar o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro- SICAB, desenvolvido pelo Programa do Artesanato Brasileiro, deste Ministério, em parceria com as Coordenações Estaduais do Artesanato. Contribuirão para a definição de políticas públicas e o planejamento de ações de fomento para o setor artesanal brasileiro.

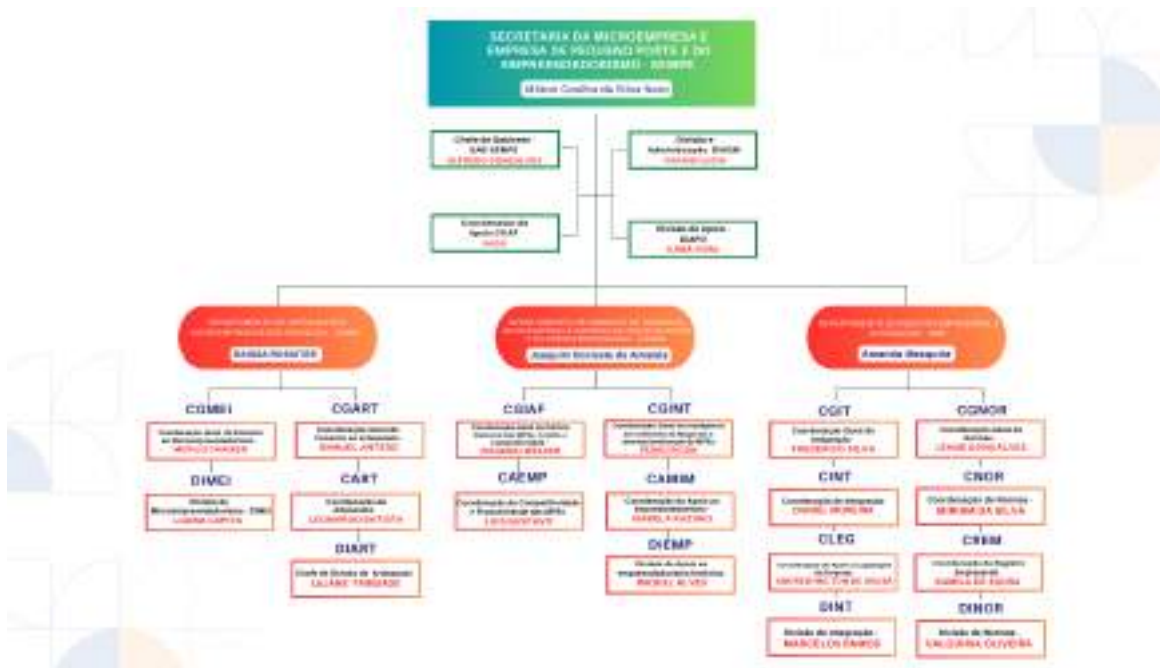
Informou que estão trabalhando para atualizar esse marco legislativo. Trata-se de um público imenso, a base da pirâmide: microempreendedores individuais e artesãos. É necessário um mapeamento censitário desse segmento no Brasil. Que hoje há 200 mil artesãos cadastrados no SICAB - Cadastramento Único dos Artesãos do Brasil, e que desejam mapear mais. Hoje há 15 milhões de MEIs registrados.

Na sequência, realizou uma apresentação da estrutura do Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio e Serviço MDIC





Após, informou que na sua secretaria estão estruturados em três grandes departamentos: da MEI dirigido por ela, Raissa Rossiter (focado no artesanato e micro-empreendedorismo), Joaquim Donizete (ambiente de negócios), Amanda Mesquita (registro empresarial e coordenação).



No que diz respeito às atribuições da MEI, destacou os seguintes pontos:

1. Apoiar a formulação, o aprimoramento, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas relacionadas com o microempreendedor individual e com o artesanato;
2. Elaborar estudos e propostas, articular, coordenar e apoiar ações para a promoção e o aperfeiçoamento do ambiente de negócios, para o desenvolvimento e o fortalecimento de políticas destinadas aos microempreendedores individuais e aos artesãos, em alinhamento com as demais unidades do Ministério e com outros órgãos de Governo, para a ampliação de negócios e investimentos;
3. Formular, propor e implementar programas e ações de qualificação e extensão empresarial destinadas aos microempreendedores individuais e aos artesãos, em parceria com Ministérios, Sistema S, instituições financeiras, e entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte;





4. Subsidiar e acompanhar negociações de acordos, tratados e convênios internacionais relativos aos temas do Departamento, em coordenação com as demais Secretarias do Ministério e órgãos do Governo Federal, e atuar na implementação dos referidos ajustes;
5. Gerir o Programa do Artesanato Brasileiro, de que trata o Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, e editar e aprimorar as normas relativas às atividades artesanais, observado o disposto na legislação;
6. Apoiar, em fóruns, em comitês e em conselhos nos entes federativos, ações para subsidiar a formulação de políticas públicas para o segmento dos microempreendedores individuais e dos artesãos;
7. Subsidiar a formulação de políticas públicas com informações, estatísticas e estudos relacionados aos microempreendedores individuais e aos artesãos;
8. Estimular a inserção dos microempreendedores individuais e dos artesãos na economia;
9. Apoiar e coordenar eventos, feiras e exposições para impulsionar o empreendedorismo e o artesanato no País;
10. Gerir as informações do Portal do Empreendedor, do Portal do Artesanato e do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, entre outros, com foco no registro do microempreendedor individual e do artesão;
11. Acompanhar, avaliar e propor o aprimoramento de ações dos órgãos da administração pública que compreendam o segmento do microempreendedor individual e do setor artesanal; e
12. Propor políticas e programas de qualificação e extensão empresarial destinados aos microempreendedores individuais e aos artesãos, em alinhamento com as demais unidades dos Ministérios, demais órgãos e entidades da administração pública federal.

Contou que dentro do departamento, existem eixos de atuação comuns, que são: o aperfeiçoamento do marco regulatório, a sistematização de dados para gerar conhecimento e o fortalecimento de interlocuções estratégicas.





Com relação ao artesanato, existem 2 grandes eixos importantes: estruturar a governança do artesanato na política pública e estruturar a governança em um futuro Fórum brasileiro do artesanato. Contou sobre o objetivo de incluir a sociedade civil e as instituições de moda. “Temos que induzir a valorização pela via da comercialização, do comércio justo e sustentável. Está em andamento essa construção e o fomento para acesso ao mercado nacional e externo”.

Por outro lado, quanto ao MEI, informou estarem trabalhando o aperfeiçoamento dos serviços públicos digitais e o fortalecimento às redes de apoio, o MDCI tem muitos parceiros com quem alinhar, pois esse assunto é conexo com questões da Receita Federal, entre outros.

Em complemento à apresentação da Raíssa Rossiter, Joaquim Donizete (MDIC) passou a trazer suas impressões. Afirma que têm trabalhado com cuidado, pois é uma temática complexa: *“Um ponto que eu gostaria de começar a falar: a complexidade e a diversidade dos segmentos que tratamos no público para endereçar ações que mudem a realidade”*

Chama atenção para o fato de que se a diversidade, se não for respeitada, entendida e trabalhada, não haverá avanços reais nesse sentido. Outro ponto é a questão do associativismo e cooperativismo.

Também levantou a importância de discutir questões que são relacionadas ao ambiente de negócios. Em sua visão, as plataformas capturaram um pouco a visão das MEIs: *“É comum no capitalismo a disputa, e quem pode mais, chora menos. Então, temos que levar em conta e estarmos preparados e avançarmos sempre no sentido de dar atenção ao sistema econômico, como as coisas funcionam, quanto vai sobrar no nosso bolso e se tem alguém interessado no nosso bolo. Então vamos ter que tocar na ferida, entrar em pontos mais complexos mas que são nevrálgicos. Ninguém gosta de discutir taxas de juros, mas imagina que você é um empreendedor, mas você tem que gerar valor em dobro, pois precisa cuidar do lucro das instituições financeiras, e alimentar quem está ao seu lado. Precisamos cuidar de avanços para os pequenos, e as coletividades que atuam nesse ambiente. Se não gritarmos, não vamos ser ouvidos. Temos que estar coesos e preparados para fazer o que é necessário”*.

Encerrada a fala do Joaquim, passamos às atividades em grupo.



### 3. Apresentação dos Temas a serem discutidos

A **Cristina Filizzola** (Aliança Empreendedora) apresentou os temas a serem discutidos nos pequenos grupos. São estes:

1. Arranjos produtivos e formalização
2. Acesso a mercado justo
3. Empreendedorismo feminino na moda, moda casa - artesanato.

Além dos três temas acima, Cristina sugeriu que é importante tratar do tema de “trabalho decente e digno” de forma transversal em cada um deles.

Explicou que essas conversas em grupos serão para pensarem propostas, soluções, desafios que precisam ser endereçados nesta Secretaria. Comunicou que iria passar a pergunta de cada tema com alguns dados e uma contextualização geral para auxiliar na discussão.

**Alexandra Meira** (Aliança Empreendedora) pede que a sala se divida em 3 grupos para discutirem os temas levantados. Ao final da discussão, pede que os grupos escolham 3 pontos de prioridade, da discussão, para apresentar.

**Raissa Rossiter** (MDIC) atenta para o direcionamento de buscar potencializar soluções já existentes.

### 4. Devolutiva dos grupos

#### **Grupo 1**- Arranjos produtivos e formalização

**Participantes grupo 1:** Camila Zelezoglo (Abit), Joaquim Donizete (MDIC), [Samuel Antunes Antero](#)(MDIC), Murilo Machado Chaiben (MDIC), Mauro Oddo Nogueira (IPEA), Luis Coelho (Empreende Aí), Beatriz Noble (ACNUR).

**Camila Zelezoglo** (Abit) realizou a apresentação de seu grupo. Em seu exercício, elencaram:

- 1) Desafios:
  - uso indevido do MEI (alguns se formalizam como MEI mas estão em outro patamar de empresa);
  - insegurança jurídica (acesso a mercado formal);



- complexidade para atender os modelos formais coletivos existentes.

## 2) Caminhos:

- modelo de formalização facilitado de coletivos: precisamos de um modelo de operação facilitado de espaços produtivos (associativismo ou cooperativismo ainda não muito complicados para esse grupo);
- estabelecer modelos de transição para empreendedores que querem crescer.

3) Prioridades: garantir condições de trabalho requer visitar a legislação trabalhista considerando diferentes portes de empresa: questões trabalhistas hoje são muito complexas - como garantir condições de trabalho dignas para modelos de operação diferentes.

Após a apresentação, **Alice Freitas** (Rede Asta) complementou, sobre a questão tributária, que a cooperativa paga lucro real de imposto - ela não pode estar no SIMPLES nacional - não existe hoje uma legislação que contemple os coletivos. Afirmou que isso é um ponto de atenção, pois estão desassistidos do ponto de vista legal para o coletivo.

## **Grupo 2** - Acesso a mercado justo

**Participantes grupo 2:** Alice Freitas (Rede Asta), Sérgio Miletto Alampyme), Cristina Chiarastello (Aliança Empreendedora), Raísa Martins (Instituto Lojas Renner), Yoni Calixto Sarzuri Tarqui (Rede Costurando Sonhos), Célia Kano (Rede Mulher Empreendedora).

A apresentação do grupo 02 foi feita por **Alice Freitas** (Rede Asta).

O grupo estabeleceu, como medidas prioritárias ao acesso a mercado justo os seguintes itens:

- grandes marcas: têm preços bons pois têm escala. A sugestão seria criar um compliance de compras e incentivo fiscal para profissionalização e venda, pois milhares de pequenos lojistas no Brasil não conseguem circular o artesanato por conta da taxa tributária, lembrando que os pequenos e médios lojistas são os que mais empregam pessoas.
- compras públicas + formação: pensando na merenda escolar, como estimulamos que o poder público compre de artesãos independentes?
- feiras e comercialização: ter modelos parecidos com a artesanaria de colômbia, que tenham uma super vitrine para que as pessoas saibam o que existe nessa curadoria.



Após apresentar os pontos prioritários, **Raísa Martins** (Instituto Lojas Renner) acrescentou que o fator do frete é muito significativo. Por isso, quando abordamos empregadores de moda urbanos, muitos vem para garantir seus direitos políticos, não se preocupando com questões de logística. Mas a realidade de pequenos produtores, especialmente fora das capitais do país, é outra.

### **Grupo 3 - Empreendedorismo feminino na moda, moda casa - artesanato**

**Participantes do grupo 3:** Fernanda Isaac (Negra Maria e Aliança Empreendedora, Francismeire Melo (presidente da AMEC, Aliança Empreendedora e Colabora Moda), Najara Black (Nblack), Crystiane Paulino (Secretaria da Mulher), Verusca Moreira (MDS - Secretaria Socioeconômica Coordenadora de Projetos), Raíssa Rossiter (MDIC), Daise Rosas (Colabora Moda), Gabriel Tortelli (ACNUR).

A apresentação desse grupo foi feita pela Crystiane Paulino (Secretaria da Mulher DF), e foram elencados os seguintes pontos como prioritários:

- construção de uma casa do artesão em todas as cidades - gratuito e obrigatório) para que os artesãos possam vender seus produtos;
- integração dos equipamentos públicos para divulgação de informação;
- Reconhecimento de quem já está fazendo algo na ponta, como capacitação empreendedora, autoestima, e fazendo o acompanhamento da mulher, ensinando, colaborando, até ela conseguir finalizar o processo.

Adicionalmente às três prioridades, trouxeram os seguintes pontos:

#### 1) Dificuldades:

- trabalho com o MCE como economia solidária feminina
- incluir a mulher de periferia no empreendedorismo
- regularização da lei do empreendedor / artesanato
- Disseminação da tributação fiscal para quem trabalha com artesanato
- Acolhimento das mulheres artesãs indígenas

#### 2) Enfatizar:

- Busca de autonomia econômica
- Potencializar a ação de comercialização
- Rede de colaboração entre os espaços públicos



## 5. Próximos passos e encerramento

Finalizada a rodada de apresentação dos grupos, a **Raíssa Rossiter** (MDIC) fez uma fala de encerramento do evento. Informou ficar responsável por pensar os próximos passos e encaminhamentos para que todos os empreendedores possam ter sua voz nessa gestão. Pensar modelos online para termos uma agenda de discussão. Disse ao final que para o MDIC foi muito especial estar com todos. Ressaltou que as portas estão abertas, e que estão à disposição de todos. Expressou seu desejo em ver todos esses representantes de base com assento no fórum nacional.

Mauro (IPEA) pediu a palavra e trouxe um pensamento muito inspirador: "Buscamos respostas, e as respostas vem de perguntas. Ficar de frente pro mar e de costas pro país, não vai nos levar a lugar nenhum. Não quero ser a Dinamarca. Essa referência saxã é de individualismo, mas o que mais ouvimos aqui foi a palavra coletivo. O Brasil não é um país individualista, precisamos integrar isso na nossa cultura. Aqui quando o brasileiro sai de uma entrevista de emprego, ele conta pros outros 4 como foi e deseja boa sorte. Nossa arte marcial é a capoeira, é uma dança coletiva. Nossa comida é churrasco, pegamos o macarrão e criamos a macarronada. O coletivo está na base da nossa formação indígena, preta e quilombola. Mas nossos decisores têm uma referência saxã. Este Estado precisa entender isso e ter isso na cabeça".

Com essas palavras, encerrou-se o evento em clima de grande celebração.



Figura 6. Grupo participante da oficina de Microempreendedorismo justo e sustentável na moda e artesanato.



## **Oficina 4: Diretrizes sobre o Empreendedorismo Feminino para apoio em Estratégia Nacional**

Data: 18 de maio de 2023 - Horário: 10h às 12h

Local: Impact Hub Brasília

Relatoria: Ingrid Silveira

### **1. Abertura**

O evento teve início com as facilitadoras da Aliança Empreendedora, Helena Casanovas Vieira e Mariana Rodrigues, dando as boas-vindas ao grupo participante.

Em seguida, passaram a palavra à Bianca Castro da Impact Hub, que agradeceu a presença do grupo. Ela explicou que a Impact Hub é uma organização global que busca conectar pessoas, causas e empreendimentos que tem como objetivo gerar impacto social e ambiental.

Por esse motivo, a organização estava muito feliz em receber esse encontro com de estímulo ao empreendedorismo voltado às mulheres, que é também uma bandeira da Impact Hub.

### **2. Apresentação da Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino**

Para dar início a temática da oficina, a facilitadora Mariana convidou as coordenadoras da Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino do governo federal para dar boas-vindas ao grupo e iniciarem sua apresentação.

Isabela Yamamoto, Coordenadora de Apoio ao Empreendedorismo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Raquel Alves, Chefe da Divisão de Empreendedorismo Feminino do MDIC começaram agradecendo ao grupo por terem aceitado o convite para conhecer o Plano que está em desenvolvimento e ainda dar contribuições à proposta.





Isabela disse que o MDIC está com esse desafio de dar continuidade a essa estratégia iniciada em 2022 e que agora será alinhada à novas diretrizes. Por isso a sociedade civil está sendo consultada para que seja publicado um novo decreto no âmbito do MDIC, para que juridicamente e administrativamente o plano possa ser publicado para se dar início a implementação.

Explicou que existem dois compromissos da proposta que são:

- Que as mulheres tenham acesso aos instrumentos necessários disponibilizados pelo Estado e pela Sociedade Civil para serem protagonistas da própria história;
- e, proporcionar liberdade econômica e social para as mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo.

Ela apresentou dados sobre o porquê há a necessidade de uma política pública voltada ao empreendedorismo feminino? São muitos os motivos que vão desde a nossa história e cultura, até o machismo estrutural e diversas barreiras invisíveis. Os dados apontam que apesar de estudarem mais, as mulheres têm renda menor que a dos homens. 31% das mulheres têm ensino superior completo contra apenas 22% dos homens. Já no quesito renda familiar acima de 6 salários-mínimos o percentual se inverte, com 31% dos homens e 22% das mulheres tendo essa remuneração. Isabela refletiu que ainda existe a questão da Jornada Tripla, que é apenas um dos obstáculos para o avanço das mulheres empreendedoras. Elas dedicam 17% menos horas no próprio negócio que os homens. Isso levando em consideração que chegam a trabalhar 10,5 horas por semana a mais que os homens com afazeres domésticos e com os filhos. Isso se deve a uma cultura social de que as mulheres devem estar na economia do cuidado sem serem remuneradas.



*Figura 7. Apresentação do programa às participantes.*

Ela explicou que segundo estudos, as mulheres empreendem mais por necessidade do que por escolha, e na grande maioria das vezes estão em atividade com pouca inovação como serviços domésticos, salão de beleza e serviços de alimentação.

Diante disso os resultados são:

- Negócios menos longevos.
- Produtos com menor valor agregado, impactando, portanto, em um menor faturamento

Isabella lembrou que quando há o mesmo número de homens e mulheres empreendendo, o negócio das mulheres não consegue se manter no mercado na mesma proporção que o dos homens, isso implica em não chegarem no momento em que a empresa realmente começa a lucrar e gerar um valor agregado. E ainda há a questão de o rendimento médio mensal das mulheres empreendedoras ser abaixo do dos homens, em especial das mulheres negras. Porque a tudo isso se adicionam as barreiras de raça e gênero.

A média de renda de um homem empreendedor é de R\$ 2.700, a da mulher branca gira em torno de R\$ 2.305 enquanto da mulher negra esse valor cai para R\$ 1.539. Isabela trouxe a preocupação de pensar e estratégia tendo no



horizonte a questão de raça e gênero. Olhando a mulher como um todo pois há várias vertentes dentro do empreendedorismo feminino.

Neste momento Isabella parou a apresentação para conhecer um pouco melhor o grupo e saber quem ali era, empreendedora, estruturadora, representante de governo e outras organizações. Assim as participantes foram se apresentando dizendo seus nomes, organização e cidade.

Após a apresentação, Raquel Alves retomou a apresentação dizendo que era muito emocionante ter a possibilidade de ouvir e ter contato com um grupo como aquele. De poderem trocar e trazer elas para junto da construção dessa estratégia feita pela Divisão de Empreendedorismo Feminino do MDIC (que ela chefia).

Raquel disse que o objetivo é que a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino seja participativa e inclusiva. E que a ideia não é criar novas iniciativas e sim mapear as que já existem para plugar a outras, potencializar e chamar a sociedade para entender o que está acontecendo na ponta, o que é preciso fazer na ponta. “Eu brinco dizendo que estamos aqui no Monte Olimpo, no governo, e não temos como estar na ponta, mas temos como acessar a ponta, como fazer a articulação política, colher informações, fomentar recursos e abrir um canal de diálogo”, diz.

Ela explicou que o Decreto (10.988/2022) foi criado no antigo Ministério da Economia e agora está sendo reestruturado para estar alinhado com as iniciativas do governo atual, alocado no MDIC. E que a Estrutura do Decreto já está completa com: Objetivos, Diretrizes, Comitê de Empreendedorismo Feminino, Composição e organização do Comitê, Grupos de Trabalho (voltado para ações nas pontas) e Secretaria Executiva.

Em seguida ela apresentou os objetivos conforme constam na estratégia atual, mas que estão sendo retrabalhados. são eles:

- Promover ambiente favorável ao desenvolvimento;
- Promover o acesso às informações relativas às políticas públicas, aos instrumentos e aos serviços que apoiam;
- Incentivar a ampliação da oferta de crédito às mulheres empreendedoras;
- Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade financeira dos negócios por meio de: educação financeira, disseminação de redes de apoio e fortalecimento do ecossistema;
- Promoção da competitividade e do desenvolvimento econômico e social do País;
- Previsibilidade, transparência, perenidade e coordenação na elaboração e na execução de políticas públicas;



- Integração com outras políticas públicas transversais de empreendedorismo feminino;
- Articulação, integração de iniciativas e participação ativa do setor privado e de organizações da sociedade civil; mediante processo colaborativo e inclusivo;
- Busca contínua de soluções pragmáticas ao empreendedorismo feminino.

Raquel trouxe ao grupo o questionamento de como implementar essa estratégia nacionalmente e disse que nesta oficina há mais representantes do público mais vulnerável, mas que a estratégia é muito mais ampla, impactando desde mulheres que são CEO até a base, porque a ideia é plugar os dois públicos numa estratégia de integração e colaboração.

A forma de implementar é via os 4 grupos de trabalho, que são:

- Acesso a mercados e inclusão produtiva
- Acesso a dinheiro
- Acesso à tecnologia e Inovação
- Educação empreendedora

Sendo que redes de apoio e mentoria e educação empreendedora estão no mesmo grupo.

Isabella Yamamoto, fez uma contribuição à apresentação dizendo que enquanto governos, a atuação dos grupos de trabalho é para direcionar temas para que sejam trabalhados, podendo até ampliar os grupos de trabalho. "Este momento vai ser um laboratório no qual vocês poderão trazer para nós os desafios que vocês gostariam que fossem trabalhados na Estratégia.

Neste momento, uma participante trouxe a necessidade de saber se o viés de aumento de escolaridade e qualificação profissionais estão contemplados na temática dos 4 grupos, pois, para ela, para que a mulheres saiam da economia do cuidado é necessário que tenham acesso a qualificação profissional, que antecede a possível atividade empreendedora.

Raquel respondeu dizendo que essas ações serão abordadas no Grupo de Trabalho sobre Educação Empreendedora, mas que o nome talvez não deixasse isso muito claro. E complementou afirmando que o olhar do governo precisou priorizar o que geraria maior impacto em 3 a 2 anos, visando o que realmente pode mudar a vida das mulheres de forma robusta, ágil e efetiva, por isso, esses temas foram propostos. E no decorrer dos anos pretendem implementar melhorias.



Algumas participantes sugeriram que seria importante ter um recorte de mulheres que ainda não empreendem e mulheres que já estão empreendendo, porque os caminhos e ações para cada, seriam diferentes. porém, Isabella e Raquel explicaram que a ideia é não excluir pessoas, mas sim ter um estratégia ampla, mas informaram que os grupos poderiam estabelecer uma persona, caso julgassem necessário, para aprofundar a discussão.

Antes de iniciar o exercício em grupo, Deise Nicoletto, vice-presidente da Impact Hub Brasília foi convidada a se apresentar ao grupo. Ela falou rapidamente que a Impact Hub tem por objetivo propiciar espaço de troca entre pessoas criativas que desejam se conectar, que tenham propósitos em comum para um mundo mais justo e sustentável.

### 3. Atividade em grupo

Os participantes foram convidados a se dividirem em grupos de acordo com suas vivências em cada temática umas das temáticas abaixo:

- Acesso a mercados e inclusão produtiva;
- Acesso a dinheiro (Não é apenas acesso ao crédito e sim ao dinheiro);
- Acesso à tecnologia e Inovação;
- Educação empreendedora.

Foram realizadas 2 rodas de conversa, uma para listar desafios e a outra para listas de soluções para cada desafio proposto.

Os participantes se auto dividiram por afinidade criando 5 grupos.



Figura 8. Palestrantes atentas as perguntas.

#### 4. Devolutiva dos grupos

##### **Grupo 1 - Tecnologia e Inovação. Representante: Geovana Conti (nAção)**

A representante do grupo disse que nem chegara a arranhar o verniz desse assunto em 30 minutos. Ela acredita que poucas pessoas tiveram interesse no tema porque muitas vezes não sabem o que é de fato tecnologia e inovação. Sendo que é a tecnologia e a inovação que vão ajudar a colocar em prática tudo que os outros grupos estão escrevendo no papel. O grupo entendeu que é necessário ter o apoio do CRAS, das escolas e outros aparatos do governos, criando uma rede de apoio para a implementação de tecnologias. Deram o exemplo de Brasília, que é uma cidade muito grande na qual a tecnologia não chega para todas e todos. Porque não basta dar acesso ao wifi, é preciso dar acesso ao dispositivo e precisa saber usar a tecnologia. O grupo argumenta que não há acesso pleno à tecnologia no Brasil, o que tira das mulheres em situação de baixa renda ou vulnerabilidade o direito de escolha. O letramento digital é





extremamente necessário, quantas pessoas estão excluídas da possibilidade de fazer um check in online de um voo, por não saber fazer ou não ter o dispositivo?

Para o grupo, a cultura do acesso à tecnologia é fundamental para saber mexer, mas principalmente para entender para o que serve as tecnologias como o facebook e o WhatsApp business, por exemplo. É preciso ter meios de fomentar a cultura e letramento digital. Por esse motivo, o grupo sugeriu uma Bolsa Letramento Digital para pessoas que vão ensinar sobre isso nas comunidades.

Neste momento, uma participante de outro grupo disse que concorda com as ideias e disse ter tido a oportunidade de estudar sobre Redes Sociais com o auxílio de uma bolsa do governo estadual. E foi assim que ela investiu na empresa dela, com esse recurso e do conhecimento.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

Desafios:

- A mesa vazia
  - “Tem muita coisa antes do acesso”
  - “Será que precisamos de inovação ou de resolver um problema”
  - O que é tecnologia?
- Como criar a cultura do acesso à tecnologia e inovação?
- O que é tecnologia? O que é inovação?
- Acesso nas escolas públicas, CRAS, ...
- Precisamos falar mais sobre isso
- O quanto nós, organizações que desenvolvem mulheres, sabemos sobre tecnologia?
- Educação, desde o ensino básico à tecnologia e inovação. Não adianta fazer o app sem cultura, informação e dispositivo.
- Programa de transferência de renda para mulheres que participam de programas de letramento digital.
- Como aplicaremos tecnologia em regiões onde não temos internet e dispositivos?
- Letramento digital.
- Redes de apoio.



## **Grupo 2 - Educação empreendedora. Representante: Tatiana Borges**

O grupo seguinte dividiu a construção em 3 eixos.

O eixo pessoal: com foco no desenvolvimento de qualidade, habilidades técnicas para a vida profissional, mas também olhando para o desenvolvimento emocional. Sendo um projeto de futuro para que essa mulher possa aprender que o que ela está desenvolvendo vai levá-la para outras situações, outras vivências que vão cada vez a colocando em uma posição profissional e pessoal melhor. Segundo o grupo, é preciso oferecer técnicas de autoconhecimento e desenvolvimento, que serão importantes para que ela se conheça antes de aprender técnicas profissionais. Assim saberá lidar com medos, inseguranças e até traumas.

O eixo educação midiática: voltados para que as mulheres com pouca instrução tecnológica possam ler, entender e interpretar o mundo digital. O grupo pondera que é preciso adquirir uma compreensão do que acontece ali do imenso mundo digital. Com o apoio de conteúdos que se conectem com o que essas mulheres estão vivendo, com facilitação e adequação do conteúdo.

O eixo infraestrutura: o grupo levou em consideração que para que as mulheres possam aprender elas precisam estar em um ambiente que proporcione a condição de estudar e de aprender com qualidade emocional e física. Queremos que estejam qualificadas para empreender e para vencer editais. É preciso ter uma visão a longo prazo das possibilidades que se abrem com esse programa.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

Soluções para os eixos:

- Consciência do que precisa estudar.

Suporte psicossocial:

- Insegurança e falta de autocontrole
- Encaminhamentos (quando necessário):
- Falta de rede de apoio

Técnicas de autoconhecimento:

- Projeção de Futuro | (Projeto de vida como protagonista pela primeira vez)



>> Outros desafios:

- Educação midiática (não saber ler, escrever, entender o digital)

Soluções:

- Educação financeira básica
- Vivenciamento de conhecimento base (educação financeira, letramento digital etc)
- Linguagem apropriada
- Conteúdo apropriado
- Falta de conteúdos adaptados
- Mobilização para o engajamento
  - Parcerias adequadas (mapeamento do que já existe para atingir escala e qualidade)

Canal de capacitação mais adequado

- Falta de linguagem simplificada
- Conhecimento dos direitos, legislação
  - Programação | grade do curso
  - Qual a melhor jornada pensando no beneficiário (pessoa + negócio) psicossocial + gestão | técnicas | suportes já existentes
- Falta de representatividade entre as principais instituições

Desafios:

- Manutenção dos benefícios
- Ações contínuas (programas/ projetos)

Soluções:

- Internet
- Transporte/ mobilidade
- Espaço físico
- Equipamentos
- Tempo disponível



### **Grupo 3 - Acesso ao dinheiro. Representante: Fernanda Ribeiro (Afrobusiness)**

O terceiro grupo disse ter levado em consideração duas situações que consideram centrais:

1 - A política pública uma vez que nem sempre é acessível a todos como se todas as pessoas estivessem no mesmo balaio.

2 - Dimensão do crédito, de onde a pessoas está se metendo e como são as enormes taxas de juros.

Para o grupo, o processo de conexão entre o governo e essas organizações é muito moroso, até a mulher ter acesso ao dinheiro demora demais e muitas vezes o empreendimento já deixou de ser uma possibilidade. Essas Mulheres têm urgência e essa urgência não é pensada.

Soluções:

Olhar para a regulamentação, não sendo a mesma para todos que operem, olhar para as especificidades.

Ter regras que se conectem com a mulher empreendedoras na área específica dela. Porque a área da moda é diferente da baiana do acarajé, que é diferente da área de bijuteria. É necessário olhar para as especificidades para que haja real impacto.

Fundo garantidor de crédito por meio de um fundo a fundo perdido. Essa população não tem a menor possibilidade de lidar com juros exorbitantes como os do Brasil e ainda ter sucesso.

O grupo frisou a importância da valorização dos intermediários, das buscas por parcerias que ajudem a alcançar ou ter longevidade. As empreendedoras precisam entender que não precisa ser uma disputa desbalanceada de mercado, não podem ser só geradores de leads. Por exemplo: quando te pedem uma divulgação apenas pelo seu público sem que você se beneficie com isso.

Eles disseram que editais públicos ou privados são uma forma de concorrência que pode ter regras que ajudem este público. A inclusão precisa ser pensada já no edital ou na construção de políticas públicas. E assim como outros grupos, eles veem o mapeamento das organizações de diversos tamanhos com uma ação primordial para se conectar.



Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

- Política de acesso que se conecte à especificidade do público
- Regulação do segmento de microfinanças
- Regras que se conectam ao público. Ex: Definição das regras de acordo com o tipo de público.
- Fundo garantidor de crédito (base/ operador)
- Garantia para o cliente e para o operador
- Taxa de juros altas
- Políticas subsidiárias
- Regras que se conectam ao público. Ex: Definição das regras de acordo com o tipo público
- Democratização do acesso ao dinheiro para diferentes fins (ex: formatura)
- Desvalorização dos intermediários (ONGs etc...) utilizando as redes sem fomento financeiro
- Parcerias remuneradas
- Criação de editais para organizações
- Política pública específica para destinar recursos para as organizações que ofertam o capital semente
- Mapeamento de organizações de fomento e criação de acordos de parcerias
- Processo de conexão com agente público é extremamente longo
- Otimização dos processos de análise para reduzir tempo de análise
- O poder público não se conecta com as organizações que já realizam esse trabalho
- Inclusão de organizações para cocriação das políticas

#### **Grupo 4 - Acesso ao dinheiro. Representante: Dani Carvalho - Fundadora Dinheiro e Meio**

O grupo começou dizendo que foi por um caminho bastante pragmático. Basicamente montamos uma linha de crédito que o Sicredi poderia conceder ao indivíduo. Disseram saber que o acesso ao dinheiro é mais do que o crédito, mas fizeram esse recorte para conseguir finalizar um modelo com base no conhecimento do grupo.

Para elas, o dinheiro a ser concedido poderia vir de outras fontes como o BDI, o Banco Mundial, entre outros, mas como um valor de recursos dedicado especificamente para mulheres. Vemos que essas grandes organizações também têm dificuldade de conectar esse valor às mulheres. E o Ministério poderia ter



esse papel de conectar essas duas pontas. mostrando para essas instituições que existe um caminho, o dinheiro tá aí, mas como ele chegar na ponta de um jeito confiável? Pode ser com a chancela dos governos. sabemos que esse exemplo que mostramos não contempla várias mulheres, como as que estão negativadas, mas como eu disse, é um modelo inicial. E estamos conectando ela com a jornada empreendedora como um todo.

Elas explicaram que o modelo não atende à informalidade, e sabem o quanto é importante olhar para isso. Assim como entender que esse modelo é muito pragmático, mas ele é um primeiro passo para expandir. Ele funciona também como uma ferramenta ativa de conscientizar a população para que se organizem, para saber que existe algo a mais. É educativo para as mulheres entenderem porque o CPF não pode estar negativo, porque se organizar financeiramente pode trazer benefícios, e aqui o grupo afirmou não estarem se referindo a economizar o que não tem, mas sim não deixar que pequenas dívidas se tornem grandes. Elas defendem a conscientização e divulgação plena e clara de que existem modelos que podem ajudar e ser um estímulo para a organização financeira, que é vital a todas empreendedoras.

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:

Ministério como articulador e comunicador

- Conscientização
  - Ajuda a catalisar FUNDING
  - Informa a população

Instituição financeira (FUNDING)

Operador microcrédito

- Prefeituras
  - Juros
  - Fundo perdido
- Trilha concluída
  - Principal

### **Grupo 5 - Acesso a mercados e inclusão produtiva.**

O último grupo começou dizendo que é muito interessante ser o último, pois assim é possível conectar todas as ideias, desde as dores das mulheres que querem empreender, até os desafios de acesso à educação, tecnologia e ao dinheiro.





O grupo disse que para as ações saírem do papel é fundamental que haja a articulação de várias iniciativas para realizar capacitações nos municípios, atuando localmente. Para eles, os municípios são fundamentais ao estímulo ao fomento do desenvolvimento de base comunitária, para que se crie uma cultura de empreendedorismo e inovação.

Entendem como uma dificuldade o escoamento da produção e dos serviços oriundos dessas localidades do “Brasil Profundo”, que não tem letramento digital e não sabem como escoar essa produção. Assim, sugeriram que ao mesmo passo que o projeto atue no letramento digital, crie também ferramentas mais imediatas que possam ajudar essas comunidades. Bem como criar meios para que essas empreendedoras se conectem e possam se apoiar mutuamente. Lembraram que sozinhas essas mulheres não têm tanta capacidade organizacional, mas com apoio podem (inclusive do ministério) podem atuar como uma grande Rede, aumentando suas possibilidades de atuação e mercado.

Também é preciso criar formas de acesso ao fornecimento para órgãos públicos institucionais. Programas como os que apoiam a agricultura familiar, para que haja maior estímulo à contratação de serviços e produtos dessas empreendedoras. Em especial para quem está na informalidade.

Neste momento, uma participante fez uma intervenção para dizer ao grupo que no Rio de Janeiro existe a Lei municipal 8.571/2019 que determina uma percentual para a contratação de serviços locais pelos órgãos estaduais, mas que infelizmente ela não é colocada em prática. Por essa experiência, ela sugeriu que uma melhoria seria ter a obrigatoriedade do poder público de fazer contratar uma cota mensal de serviços desse público. Os participantes da oficina concordaram com a sugestão e em seguida o grupo voltou a apresentar o último item de sua construção.

Eles trouxeram a necessidade de dar atenção às oportunidades de serviços que surgem para além dos serviços tradicionais e básicos. Esse quesito é importante até mesmo para mitigar um dos resultados apontados na apresentação de Raquel e Isabella, que os negócios de mulheres em geral tem produtos com menos valor agregado, impactando, portanto, em um menor faturamento. O grupo exemplificou que algumas empreendedoras mais jovens podem não ter habilidade para o ramo alimentício ou de artesanato, mas tem interesse em novas tecnologias e mercados de inovação e criatividade. Assim, apontam a necessidade de incorporar serviços e empreendimentos que atendam aos desejos das novas gerações, que querem empreender de novas formas

Abaixo a sistematização das tarjetas da construção do grupo:



#### Dificuldades:

- Falta de condições para acesso a formações, tecnologias etc.
- Dificuldade (custos) para alavancar fenômenos que constituam com a divulgação de produtos | serviços de pequenos produtos.
- Dificuldades de acessos para órgãos públicos.
- Burocratização e tributação para venda para grandes empresas.
- Burocratização para que estrangeiros atuem nas suas profissões/ formações no Brasil.
- Falta valorização dos produtos/ serviços para fomentar que a renda fique nas comunidades.
- Falta de políticas públicas de cuidado.

#### Soluções:

- Articulação de diferentes iniciativas para realização de capacitações e formações nos municípios.
- Coordenação / mapeamento e divulgação de ferramentas que incentivam a divulgação e conexão de pequenos empreendedores.
- Simplificação de incentivos finais para a compra de pequenos / locais.
- Promoção e divulgação de canais de venda.
- Sistema de logística compartilhado e inteligente.
- Redes que conectam os empreendedores ao mercado.
- Pesquisas que têm novas oportunidades de mercado.
- Desenvolver políticas prévias para regulamentação de profissionais estrangeiros.
- Place Brand/ fomento para economia local para a valorização de produções "artesanais".
- Políticas públicas de cuidado (creches, postos de saúde, asilos) para fomentar a economia da cidade.

## 5. Encerramento

A diretora Raquel Alves encerrou o evento dizendo que foi emocionante estar com o grupo, que se sentiu mais alinhada com a sociedade e que o grupo construiu apontamentos potentes que vão se materializar em melhorias para o Plano como um todo.

Para ela, o início dos trabalhos dos grupos do comitê será feito a partir dessa oficina, para que assim possam mostrar algo que a sociedade realmente precisa e quer. Ela lembrou que os Grupos de Trabalho só podem ter início depois que



o Decreto for publicado e que este grupo será acionado quando as ações do comitê forem publicadas. E pediu a contribuição do grupo para criar novos indicadores e metas, “estamos de portas abertas para a participação de vocês”, concluiu.

Isabella resgatou que elas estão trabalhando com educação empreendedora desde o ano passado. E mostrou na apresentação de powerpoint que já há compatibilidade em relação a construção do grupo e a construção da diretoria. São elas:

Em acesso ao dinheiro:

- Disponibilização de informações, por parte das instituições financeiras, de dados de créditos concedidos a negócios liderados por mulheres
- Ampliar a disponibilização de acesso a dinheiro por meio de crédito, capital semente, micro doações, investidores anjo.

Em acesso a mercados e inclusão produtiva:

- Incentivar políticas de compras afirmativas para estimular grandes empresas a adquirirem produtos e serviços de pequenos negócios liderados por mulheres.

Em acesso à tecnologia e inclusão:

- Inclusão digital e capacitação para o uso de ferramentas de tecnologia
- Estratégias para incentivar meninas a buscarem profissões nos setores de comunicação e tecnologia

Em educação empreendedora:

- Foco em habilidades socioemocionais e comportamento empreendedor
- Disponibilização de redes de apoio

Raquel aproveitou para dizer o quanto é importante os Grupos de Trabalho nascerem com o olhar das organizações, e esse olhar ajuda a chegar nas pontas e ter real impacto. Disse que todo o ministério está muito envolvido para que as ações saiam do papel e cheguem na ponta, por isso estamos buscando parcerias com que ajudem a chegar em quem precisa.

A Facilitadora Mariana encerrou o evento mobilizando o grupo a se engajar, a estar mais próximo dos governos para defender ideias, dialogar sobre as temáticas e não deixar a “peteca cair”. E disse que o papel da Alianças é manter isso vivo e o grupo ativo. “Se o governo precisa de boas ideias com lastro de expertise, então vejo que chegamos na hora certa”, concluiu.



*Figura 9. Grupo participante da oficina voltada para o Plano Nacional de Empreendedorismo Feminino.*



## **Oficina 5: Estratégias para o Plano de Inclusão Produtiva para a Juventude – Pilar Empreendedorismo**

Data: 18 de maio de 2023 - Horário: 10h às 12h

Local: Centro de Capacitação e Desenvolvimento da Presidência da República (CECAD)

Anfitriões: Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)

Relatoria: Vinicius Riechi Pereira

### **1. Resumo**

Workshop de construção coletiva voltado para o plano nacional que está sendo desenvolvido com foco na inclusão produtiva para a juventude brasileira. A ideia era dividir com o grupo o que já está sendo pensado sobre a temática com foco no empreendedorismo e levantar mais percepções e soluções.

### **2. Abertura**

O evento teve início com as boas-vindas e agradecimentos da Lina Useche, da Aliança Empreendedora. Em seguida, passou a palavra para Nilson Florentino Júnior, Diretor de Políticas Públicas da Sec. Nacional da Juventude, que agradeceu o convite e explicou que a sede da SNJ está em reforma, por isso o encontro foi realizado no CECAD. Nilson Florentino Júnior, Diretor de Políticas Públicas da Sec. Nacional da Juventude - agradece o convite e explica que a sede da SNJ está em reforma, por isso estamos no CECAD.

### **3. Apresentação CONJUVE**

Após as falas iniciais, Marcos Barão, presidente do CONJUVE, tomou a palavra e iniciou dizendo que existe uma convergência profunda no ecossistema, explicando que quando falamos de inclusão produtiva e microempreendedorismo, estamos falando de jovens também. Os dois, inclusão



produtiva e empreendedorismo, são fundamentais na emancipação dos jovens. Ele disse que precisamos discutir que tipo de empreendedorismo é o ideal, tomar cuidado com a precarização do trabalho.

Barão contou um pouco sobre o CONJUVE e o trabalho realizado. Depois compartilhou os desafios.

Ele começou com uma pergunta: Por que é importante falar sobre juventude e sobre política pública? Explica que essa é a maior geração de jovens da história do país, são 50 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos. Essa faixa etária é um conceito previsto na lei, no estatuto da juventude, mas é um debate que está em constante revisão. Temos uma grande parcela da população entrando nessa fase e quando isso acontece o país consegue mudar realidades, consegue ter um desenvolvimento econômico mais sustentável. Esse momento é nomeado como "bônus demográfico"<sup>1</sup>. Quando a gente não garante os direitos destas pessoas, os investimentos e políticas necessárias para elas participarem da economia, a gente perde esse momento e daqui alguns anos vamos ter uma população mais precarizada. Por isso, é urgente que esse tema seja abordado. O que é preocupante é que temos problemas sociais muito fortes perante essa população, desemprego e evasão escolar, por exemplo. Muitas vezes, o jovem abandona os estudos por conta de problemas de manutenção de renda. Então está tudo relacionado.

Barão também explicou que problemas mentais também são uma grande realidade e preocupação no trabalho com essa população. O desengajamento juvenil tem relevância na participação dos jovens na economia. Conclui dizendo que a partir de tudo isso, é muito importante trabalharmos bem com esse bônus demográfico que estamos enfrentando agora. É a partir desse lugar que o CONJUVE atua.

*<sup>1</sup>Bônus demográfico: ocorre quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa aptas a trabalhar.*

O CONJUVE foi criado pela mesma lei que criou a SNJ e é o espaço de participação e controle social da política de juventude. Antes disso não havia participação oficial dos jovens na política. O conselho tem uma composição mista, com 1/3 ocupado pelo poder público e 2/3 pela sociedade civil e pessoas físicas.

Esse atual mandato surgiu no meio da pandemia e do governo anterior, em um momento de crise social e de saúde, ao mesmo tempo em que ocorria um desmonte promovido pelo governo federal. Nesse cenário, foi criado um comitê de crise focado em combate a fake News, evasão escolar, inclusão produtiva e sustentabilidade das organizações juvenis. O CONJUVE passou a reunir sua equipe com muita regularidade e trabalhar sobre esses temas. Foi realizada a





pesquisa “Juventude e a Pandemia do Coronavírus”, com repercussão nacional, lançada junto ao Atlas das Juventudes. Também foi lançado um relatório de evidências sobre as políticas federais e, além das pesquisas, percebendo uma ausência da SNJ durante a pandemia, foi criado um programa para a juventude, mobilizando parcerias com Estados e sociedade civil. Também foram mapeadas iniciativas lideradas por jovens para combater a pandemia e criadas notas técnicas com posicionamentos diante das propostas do governo.

#### 4. Apresentação SNJ

Florentino seguiu com as apresentações e iniciou contando que, quando a SNJ foi criada, ela iniciou na Secretaria da Presidência da República. Depois foi anexada a ministérios. Nos últimos anos foi desmobilizada e hoje são recebidos apenas R\$ 4 milhões de orçamento, enquanto que em 2015 eram R\$ 29 milhões. Nesse primeiro ano de governo, o orçamento é um desafio. Eles precisam retomar o processo de reconhecimento do governo para a importância da juventude e da SNJ. A equipe da SNJ tem buscado ter muita interface e compartilhamento de responsabilidade com outros ministérios.

Ele continuou a apresentação trazendo que a associação do trabalho e o estudo é um debate muito recorrente e isso se relaciona muito com o financiamento estudantil e com a inclusão produtiva. Os gestores estaduais e municipais têm sido uma prioridade da SNJ, para criar capilaridade.

Florentino explicou que a atual equipe recebeu uma SNJ totalmente terceirizada e isso, no processo de transição, criou um grande problema, porque não é possível dissolver a terceirização de uma hora para outra. Então a equipe está reduzida e trabalhando muito para executar todas as ações.

Para a SNJ, o PPA<sup>2</sup> atual é muito importante, porque até então a juventude não está citada. Há um esforço para, a partir do novo PPA, incluir programas para a juventude.

*<sup>2</sup>PPA: Plano Plurianual, previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal ao longo de um período de 4 anos.*

Florentino contou que, nesse primeiro momento, houve o desejo de identificar os problemas e desafios atuais na SNJ. Ele reforçou que houve um desmonte e desarticulação e que precisam articular novamente as iniciativas e programas. Ele apresentou um a um, explicando em linhas gerais o é cada um:



- FONAJUVE – Fórum Nacional de Gestores e Gestoras Estaduais de Juventude, para acompanhamento e monitoramento dos programas em todos os estados.
- Estação Juventude – instalação de equipamentos e serviços voltados à juventude, com 3 frentes de implementação: Casa Juve, centros estaduais de referência para a juventude (CRJ); Ponto Juve, para os municípios; Rede Juve, com pontos virtuais.
- Ação Jovem (nome provisório) – com iniciativas de escuta de jovens e mobilização cidadã nos territórios dos jovens.
- Ver Brasis - Novo Rondon – reformular os programas de intercâmbio para melhorar os processos de contribuição dos jovens em territórios de crise, com o apoio do Ministério da Defesa.
- Plano Nacional da Juventude Negra Viva – Pesquisa UNESCO – retomada do processo de interlocução e realização de caravanas de escuta de jovens que vivem em periferias.
- 4ª Conferência Nacional da Juventude – é a principal prioridade da SNJ com a intenção de promover novamente esse momento de interação de todos os estados e compartilhamento de iniciativas de sucesso, para contribuir no processo de atualização das diretrizes da SNJ.
- COIJUVE – Comitê Interministerial da Política de Juventude – garantir a pauta da juventude nos outros ministérios, de forma transversal.
- Plano nacional de juventude e sucessão rural – atualização desse plano, que tem uma boa articulação a nível nacional.
- Parceria SNJ e Fiocruz – Agenda Jovem – retomada da discussão dos direitos da juventude e dos problemas sociais relacionados a essa população.
- GTI de jogos e competições eletrônicas – compor a iniciativa do governo em analisar esse tema e fortalecer a cadeia produtiva relacionada a ele.
- Semana Nacional da Juventude – apresentar as prioridades do governo federal e construir uma cooperação técnica a nível nacional e Mercosul. Aproveitar também para comemorar os 10 anos do Estatuto da Juventude.



## 5. Interação com os demais participantes

Após as apresentações dos dois anfitriões, estava previsto um momento de tiradúvidas, seguido de uma divisão em grupos para discussão e construção de propostas de colaboração, mas o grupo, com a facilitação de Luci Vieira, da Aliança Empreendedor, decidiu em conjunto manter apenas uma roda de conversa.

Luci iniciou o momento parabenizando os dois pela apresentação e lembra que a intenção do encontro é propor ideias e soluções para o que foi apresentado. Apresentou duas perguntas norteadoras: Quais são as sinergias? Como podemos juntar forças, com foco na juventude vulnerabilizada?

Então abriu espaço para os participantes fazerem perguntas e discutirem ideias com Borão e Florentino.

Quem começou foi Isabela Bonet, Diretora Executiva da ASID, relatando que ficou curiosa com o aspecto da inclusão social das pessoas com deficiência. Ela afirmou que nas discussões sobre juventudes há espaço para esse público perguntou se há algum caminho pelo qual ela pode começar a interagir com o CONJUVE e SNJ.

Barão respondeu que no CONJUVE há a participação de pessoas e organizações que atuam nessa temática, como a Escola de Gente. Ainda explicou que haverá em breve a formação de um novo conselho nacional e organizações como a ASID estão convidadas a participar e se envolver. Explicou também que, de fato, o tema das pessoas com deficiência ainda é pouco trabalhado e acaba não sendo lembrado muitas vezes.

Florentino complementou que a SNJ tem buscado ter um cuidado nas iniciativas que organizam para que haja acessibilidade e a consequente participação de pessoas com deficiência.

Quem seguiu com as perguntas foi Fábio Lavezo, Gerente de Sustentabilidade e Investimento Social do Assaí Atacadista, perguntando como é o trabalho e quais são os principais desafios para lidar com os jovens “nem nem”.

Florentino respondeu primeiro, contando que a SNJ já conseguiu articular duas frentes com o MEC: o Pro Jovem e a recomposição de orçamento nas universidades públicas. Explicou que também estão juntos com o MDE, para construir um grande programa de capacitação e contratação de jovens. Sobre a questão da saúde mental, ele fala que há um olhar específico para isso no Ministério da Saúde, mas que há o desejo de também dar um olhar mais focado na saúde mental dos jovens, especificamente, com o apoio da Fiocruz.



Barão seguiu com o assunto, lembrando que existem alguns estudos realizados sobre isso. A Fundação Arymax tem um estudo sobre inclusão produtiva<sup>3</sup> que endereça muitas coisas sobre esse tema. Recentemente, foi lançado um estudo sobre o futuro do trabalho, que também traz algumas referências sobre isso. Novamente a formulação do PPA é citada e ele explica que esse é um momento importante e que é muito importante a sociedade se apropriar desse processo. Barão defende que “temos uma baita oportunidade de propor coisas concretas para os ministérios”. Ele falou que acredita muito na coalizão de esforços, mas lembrou que existem lugares que só a estrutura do Estado chega, então precisamos estar juntos com o Estado para chegar nesses lugares. Ele afirmou que se as boas práticas virarem políticas públicas, há muito potencial para impactar mais pessoas. Por isso a gente precisa se envolver com o Estado.

Sobre a questão dos “nem nem”, ele explicou que agora essas pessoas têm sido chamadas de “sem sem”, com o objetivo de desfazer a ideia de que a responsabilidade só é destas pessoas, pois há toda uma conjuntura social que influencia que o jovem fique nesse status.

*<sup>3</sup>Inclusão Produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda. Arymax, Fundo Pranay e Instituto Veredas.*

O próximo a interagir com o grupo foi Thiago Fernandes, Head of LatAm, Environmental, Social and Governance (ESG) do Bank of America, querendo entender qual é o tamanho da equipe e do orçamento da SNJ. Ele também pediu para Florentino e Barão contarem quais são as maiores conquistas que eles consideram para SNJ e CONJUVE, respectivamente.

Florentino iniciou respondendo sobre a equipe e orçamento da SNJ, que tem entre 25 e 30 pessoas e R\$ 4 milhões. Em relação a conquistas, ele destacou a retomada da SNJ junto a Secretaria da Presidência como uma coisa importante. No que tange a execução das políticas, ele explicou que o governo ainda está no começo, mas que já podem dizer que voltar a realizar a Conferência Nacional da Juventude também é uma conquista.

Barão continuou respondendo que, especialmente nesse governo, ainda é cedo para falar em conquistas, porque são apenas 4 meses de trabalho. Ele reforçou que não é trivial a retomada da SNJ na Secretaria da Presidência, que isso é de fato muito importante. Também destacou que a governança é muito importante, justificando que as políticas que têm tido sucesso são as que tem uma boa governança. Lembrou que um grande legado e conquista que pode ser citada é o Atlas das Juventudes<sup>4</sup> e outros estudos e documentos gerados a partir dele, que são instrumentos para formulação de políticas de estado. Complementou dizendo que entende que essa é uma questão estrutural, que devemos ter um olhar de longo prazo e nos basear em políticas internacionais que deram certo.



Disse que, no CONJUVE, os principais marcos são as ações voltadas a PEC da Juventude, promovendo segurança jurídica, social e política para o trabalho com juventudes. Barão finalizou dizendo que, infelizmente, nem todo mundo enxerga juventudes como algo estratégico e há um desafio de disputa por orçamento. Afirma que o desmonte de orçamento foi assustador e que a recomposição orçamentária é uma prioridade para a SNJ e que o CONJUVE contribui com isso.

*<sup>4</sup>Atlas das Juventudes: Evidências para a transformação das juventudes. FGV Social, TALK INC. e Instituto Veredas*

O próximo a falar foi Luca Cavalcanti, membro do Conselho Consultivo de Gestão do BMI Blue Management Institute, que perguntou sobre iniciativas concretas do CONJUVE e trouxe o tema da tecnologia, explicando que ela atrai muito o jovem, mas que temos muita dificuldade de identificar políticas mais abrangentes para desenvolver as pessoas no trabalho com tecnologia. Ele perguntou quais políticas podem ser incluídas nisso.

Barão respondeu que a fala sobre o programa Estação Juventude teria que ter um momento específico para ser mais detalhada, pois ela responde a essa pergunta. Ele também fez a provocação de que, se existe esse interesse, há a possibilidade de montar uma comitativa para conhecer a iniciativa Rede Cuca<sup>5</sup>, em Fortaleza, um case de sucesso. Eles criaram estruturas, como se fosse um SESC, inteiramente voltadas à juventude. São 6 equipamentos que foram construídos com financiamento público. Ele faz uma metáfora para explicar: o hardware é o prédio, o software é o programa. Falando especificamente de tecnologia, esses equipamentos têm iniciativas de desenvolvimento de games, oficinas relacionadas a impressão 3D. Complementou dizendo que as iniciativas existem, mas não são muito disseminadas e propõe que um trabalho que pode ser feito é a produção de evidências das melhores práticas que podem ser replicadas com o apoio dos equipamentos públicos. Justificou que há muitas oportunidades de coparticipação da iniciativa privada e do terceiro setor.

*<sup>5</sup>A Rede Cuca é uma política pública da Prefeitura de Fortaleza, executada por meio da Secretaria Municipal da Juventude, que objetiva oferecer proteção social e oportunidades às juventudes através de uma série de ações e atividades totalmente GRATUITAS. Cinco Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte formam a Rede Cuca e, atualmente, esses equipamentos são geridos pelo Instituto Cuca através de um contrato de gestão.*

Florentino trouxe sua contribuição falando que no cadastro único têm 15 mil jovens entre os mais bem colocados nas olimpíadas escolares, como as de matemática. Explicou que a SNJ tem esses dados a disposição, mas não tem instrumentos e capacidade para explorar essas oportunidades. Explicou que tanto o CONJUVE quanto a SNJ foram criados para articular, não para executar políticas. Também afirmou que, quando falamos de política pública, o problema é o acompanhamento dos resultados, porque as articulações e parcerias são



criadas, mas não há controle. Questionou também como podemos fazer esse controle e destaca que há também espaço para a sociedade civil atuar.

Após essa fala, Florentino se despediu e se colocou à disposição para construir parcerias e continuar fazendo trocas com todos. Destacou que as conferências são espaços em que todos podem participar, alavancar as soluções e somar esforços nessa nova gestão.

Seguindo com as discussões, Edson Leite, fundador e gestor da Gastronomia Periférica, questionou se as soluções foram mapeadas também em relação à juventude indígena. Ele explicou que avançamos muito nas pautas raciais, mas a juventude indígena foi esquecida e perguntou se existem dados oficiais e se há políticas públicas sobre isso. Edson contou que a Gastronomia Periférica é um case de sucesso, pois ela nasce de formação para jovens. Para ele a conta é simples, se existe a demanda por profissionais qualificados, é só aportar informação. Continuou dizendo que, a partir dessa discussão, sabe-se onde os jovens estão, precisa-se aportar informação nesses espaços. Ele explicou que depois que a pessoa completa 18 anos, é mais difícil interagir, mas antes dos 18 é mais fácil saber onde elas estão e interagir. Afirmou que aportar informação entre os 15 e 18 é essencial! Edson completou sua fala com uma provocação, perguntando como e quando a gente vai fazer essas qualificações do jovem e afirmando que precisamos ser propositivos!

O encontro estava chegando ao final, mas Barão falou sobre a questão indígena, afirmando que essa é uma área invisível mesmo. Uma grande conquista é ter um Ministério focado nisso nesse novo governo. Ele conta que antes essa questão era distribuída em vários ministérios, mas de forma desarticulada. Barão opinou que esse é mais um exemplo da importância do nosso trabalho de articulação, explicando que quando a gente fala de governo, a articulação intersetorial é essencial. Com a articulação, a gente faz lei e só a lei é capaz de garantir orçamento para execução das políticas públicas. Ele aproveitou para lembrar que tem uma reunião específica na construção do PPA onde há uma abertura para temáticas transversais, com a participação da sociedade civil. Explicou que é ali que podemos incidir nossas proposições. Em curto prazo, existem algumas políticas em outros ministérios que são voltadas para inclusão produtiva e é nessas políticas que a SNJ está tentando garantir suas prioridades. Terminou deixando mais uma vez o convite para a reunião do próximo Conselho Nacional.





## 6. Encerramento

Lina encerrou o encontro agradecendo a participação de todos. Disse que foram citadas oportunidades de interação e deixou a provocação para que todos explorem essas oportunidades. Lina finalizou deixando a possibilidade para uma retomada, um encontro online para continuar esse envolvimento.



Figura 10. Participantes debatendo a temática.

## 7. Notas do relator

*Fica evidente a provocação e pedido de apoio tanto do Barão, representando o CONJUVE, quanto do Florentino, representando a SNJ, para os participantes do Fórum Brasileiro de Microempreendedorismo se envolverem de forma ativa com os dois órgãos e serem protagonistas nas articulações. Algumas oportunidades foram citadas durante o encontro:*



- *Participação nas atividades da 4ª Conferência Nacional da Juventude*
- *Integrar a formação do novo conselho nacional (CONJUVE), enquanto pessoa física ou organizações, como ASID, representando a causa das pessoas com deficiência, e Edson Leite, representando a causa dos povos indígenas e originários.*
- *Se apropriar dos estudos sobre juventudes que já existem, citados na relatoria, pois eles já trazem muitas evidências e proposições.*
- *Criar uma comitiva para conhecer iniciativas bem sucedidas, como a Rede Cuca, em Fortaleza, bem como contar com o apoio da iniciativa privada para identificar e mapear mais iniciativas como essa.*
- *Se juntar ao CONJUVE para participar das reuniões específicas de construção do PPA, nas quais há uma abertura para temáticas transversais, com a participação da sociedade civil.*



## Considerações Finais

Todo o processo de produção do fórum, antes, durante e depois, foi de extrema riqueza para toda a equipe da Aliança Empreendedora. Conduzir um evento com tamanha movimentação de importantes e diversos atores do ecossistema empreendedor e conseguir debater e encaminhar pautas tão relevantes é de uma satisfação sem fim. Para a alegria ser completa, a expectativa agora é garantir que toda geração de conhecimento, soluções e ideias cheguem em seus respectivos caminhos, nas áreas dentro do Governo Federal que realmente podem absorver e destravar os pontos principais levantados em cada encontro.

Foi repetido diversas vezes, durante os dois dias de evento, um cenário que não custa lembrar: os micro e pequenos empreendedores são responsáveis por 99% das empresas nacionais e 52% da geração líquida de empregos no Brasil. Com a pandemia, a taxa de informalidade aumentou e atualmente o mercado de trabalho informal brasileiro chega a 45% da população que trabalha. Isso significa que dentre as 94 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 44 milhões trabalham sem carteira assinada ou por conta própria sem CNPJ. Ou seja, cidadãos sem amparo dos benefícios de um trabalho justo e sem as condições importantes para crescerem de forma sustentável e legal, gerando renda e proporcionando desenvolvimento local.

Diante disso, vale reforçar que a Aliança Empreendedora, por meio do Empreender 360, tem acompanhado essas questões e, desde março de 2021, vem reunindo informações, buscando possíveis soluções com outras organizações e setores que estão atentos aos caminhos trilhados pelo MEI até aqui. Principalmente no que diz respeito à base dessa pirâmide, os microempreendedores que se mantém informais e os que estão - ou poderiam estar - na rampa de acesso dessa política pública, começando sua jornada. Por isso, ter realizado esse evento junto com parceiros e uma delegação potente em Brasília foi tão marcante para a história de 18 anos da Aliança Empreendedora: olhar para o microempreendedor em conjunto e melhorar sua caminhada em seu dia a dia e em suas bases é o que nos move!

Gostaríamos de agradecer imensamente a todos que fizeram e fazem parte dessa construção. Um super obrigado para cada parceiro, cada panelista que enriqueceu nossas discussões, participantes da delegação que brilharam com colocações e posicionamentos certos, aos anfitriões do Governo Federal que abriram as portas de suas casas para nos receberem, aos microempreendedores presentes que levaram suas vozes e histórias para além dos dados e matérias de jornais. Todo detalhe contribuiu para o sucesso do fórum!

Aguardem os próximos passos, a jornada continua!

Abrços da equipe do Empreender 360!